



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO 02/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO/ALAGOAS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA SEGURA, POR MEIO DA LOCAÇÃO DE UM CONJUNTO DE SOLUÇÕES INTEGRADAS, COMPOSTO POR SUBCONJUNTOS DE CAPTAÇÃO E GESTÃO DE IMAGENS, CONTROLE BIOMÉTRICO DE ACESSO, INSPEÇÃO E DETECÇÃO DE METAIS, MONITORAMENTO MÓVEL TÁTICO, VÍDEO TELEMETRIA DE FROTA, PROTEÇÃO PERIMETRAL, AUTOMATIZAÇÃO DE AMBIENTES E CENTRO OPERACIONAL INTEGRADO, INCLUINDO TODO O MATERIAL NECESSÁRIO À INSTALAÇÃO E AO SEU FUNCIONAMENTO, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO SISTEMA EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE PORTO REAL DO COLÉGIO/AL.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.033.272,16 (TRÊS MILHÕES E TRINTA E TRÊS MIL E DUZENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: DIA 16/03/2026 às 09:00 HORAS (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 SEMED
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0002.009.1411-2025

O MUNICÍPIO DE PORTO REAL DO COLÉGIO, pessoa Jurídica de Direito Público, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.207.342/0001-00, localizado à Rua do Comercio, s/n Bairro Centro, CEP 57.290-000, Cidade de Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas, por intermédio do Agente de Contratação, instituída pela **Portaria nº 123 de 11 de SETEMBRO de 2025**, torna público que realizará licitação, na modalidade ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1- DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Registro de Preço para eventual e futura contratação de Pessoa Jurídica para implantação do **PROGRAMA ESCOLA SEGURA**, por meio da locação de um conjunto de soluções integradas, composto por subconjuntos de Captação e Gestão de Imagens, Controle Biométrico de Acesso, Inspeção e Detecção de Metais, Monitoramento Móvel Tático, Vídeo Telemetria de Frota, Proteção Perimetral, Automatização de Ambientes e Centro Operacional Integrado, incluindo todo o material necessário à instalação e ao seu funcionamento, com o objetivo de atender às necessidades de segurança institucional do Sistema Educacional do Município de PORTO REAL DO COLÉGIO/AL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam previamente credenciados no sistema www.licitanet.com.br:

2.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Para os itens abaixo de 80.000,00, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. ([art. 4º § 2º da Lei 14.133/2021](#)).

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 0 e 0 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021.](#)

2.14. A vedação de que trata o item 0 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório; ([§ 1º do art. 63 da Lei 14.133/2021](#)).

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; ([Inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021](#))

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; ([Inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/2021](#)).

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3. ou 4.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. Deverá apresentar uma planilha descritiva constando de forma organizada, todos os itens dos subconjuntos; cada item deve ser acompanhado de um *link* que possa direcionar



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

ao *site* da fabricante do (hardware ou software) sua respectiva ficha técnica. Na ficha técnica deve constar a foto do item e suas especificações em língua portuguesa. As especificações devem atender ao disposto neste termo de referência.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do Item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.8. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6.1. e 3.5. deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

6.7.6. não descrever as quantidades, modelos e fabricantes de todos os itens contidos nos subconjuntos.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. [\(art. 29 da Instrução Normativa nº 02/2023\).](#)

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016,](#) ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#));

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; ([Inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/2021](#));

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. ([§ 1º do art. 63 da Lei 14.133/2021](#))

7.10. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, ou com apresentação dos documentos abaixo elencados.

7.10.1. Habilitação jurídica:

7.10.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.10.1.2. Em se tratando de micro empreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.10.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.10.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.10.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.10.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);

7.10.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

7.10.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.10.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

7.10.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes/Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso ([art. 68, I da Lei nº. 14.133/2021](#));

7.10.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; ([art. 68, II da Lei nº. 14.133/2021](#));

7.10.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas ([art. 68, III da Lei nº. 14.133/2021](#));

7.10.2.3.1. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.10.2.4. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei ([art. 68, IV da Lei nº. 14.133/2021](#));



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

7.10.2.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho ([art. 68, V da Lei nº. 14.133/2021](#));

7.10.2.6. Cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#), ([art. 68, VI da Lei nº. 14.133/2021](#));

7.11.2.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.11.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.10.3. Qualificação Econômico-Financeira.

7.10.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. No caso do documento mencionado neste item não fixar prazo de validade, ([art. 69 inciso II da Lei 14.133/2021](#)).

7.10.3.1.1. Caso a referida certidão não apresente prazo de validade será considerado até 90 (noventa) dias da data de sua emissão.

7.10.4. Qualificação Técnica

7.10.4.1. Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do eminente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerente ou servidor responsável, com expressa indicação do seu nome completo e cargo/função. Comprovando a execução de objetos de porte semelhantes, com instalação e integração de câmeras, gravadores, discos rígidos, softwares de gerenciamento/análise de vídeo, controladoras faciais, catracas, detectores de metais, câmeras corporais, alarme perimetral, câmera e unidade de gravação veicular, link de internet e conectividade por meio de fibra óptica em projetos de videomonitoramento, sistemas de automação. ([art. 67 inciso II da Lei 14.133/2021](#)).

7.10.4.1.1. Comprovar execução, por meio de atestados, de no mínimo 20% (vinte por cento) da quantidade total dos itens, de pelo menos, 04 (quatro) dos subconjuntos descritos no termo de Referência;

7.10.4.2. Apresentar comprovação de possuir no quadro de responsável(eis) técnico(s) da proponente:

01 (um) profissional de nível superior em TI, ou áreas afins (Anexar Certificado);

01 (um) profissional de nível superior com formação em Engenharia civil com especialização em segurança do trabalho (Anexar Certificados e contrato);

01 (um) eletricitista profissional vinculado a empresa (anexar cópia da Carteira de trabalho);

01 (um) técnico Telecom vinculado a empresa (anexar cópia da Carteira de trabalho);

01 (um) técnico Operador de Videomonitoramento vinculado a empresa (anexar cópia da Carteira de trabalho).

7.10.4.3. Certidão de registro de ART (Obra/Serviço) compatível com o objeto deste TR no CREA local e Certidão de quitação.

7.10.4.4. A licitante deverá comprovar que é autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado,



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

em todo o território nacional, bem como apresentar Certidão Negativa de Débitos de Receitas Administradas pela Anatel, devidamente atualizada.

7.10.4.5. A licitante deverá apresentar junto aos documentos de habilitação uma planilha descritiva constando de forma organizada, todos os itens dos subconjuntos; cada item deve ser acompanhado de um *link* que possa direcionar ao *site* da fabricante do (hardware ou software) sua respectiva ficha técnica. Na ficha técnica deve constar a foto do item e suas especificações em língua portuguesa. As especificações devem atender ao disposto neste termo de referência.

7.10.5. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. ([art. 67 inciso VI da Lei 14.133/2021](#)).

7.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.13. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e,

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.20. DA VISTORIA:

7.20.1. A vistoria será facultativa. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constante dos documentos técnicos, podendo a licitante, caso desejar, realizar vistoria nas condições abaixo:

- a) A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 13:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado com antecedência mínima de um dia útil;
- b) O Atestado de Vistoria será emitido pelo representante da Secretaria Municipal de educação;
- c) O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até dois dias úteis anteriores à data prevista para abertura do certame;
- d) Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato;
- e) Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação.

7.10.4.4.1. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.10.4.4.2. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67 inciso VI da Lei 14.133/2021).

7.21. DAS GARANTIAS DE PRE-QUALIFICAÇÃO

7.21.1. Será exigida no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento da quantia de 1% do valor estimado, a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação (art.58 da Lei 14.133/2021).

7.21.2. A garantia de proposta Poderá Ser prestada em qualquer uma das formas do § 1 do artigo 96 da Lei 14.133/2021.

7.21.3. A garantia de proposta será devolvida no prazo de até 10 (dez) dias uteis contados da assinatura do contrato ou da data que for declarada a licitação fracassada.

7.21.4. A garantia de proposta será executada integralmente caso o adjudicatário recuse-se a assinar o contrato ou não apresente os documentos solicitados para a contratação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema,

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.portorealdocolégio.al.gov.br e no sistema www.licitanet.com.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;

9.1.2.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 0, 0 e 0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0, 0 e 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até **3 (três)** dias úteis antes da data da abertura do certame, ([art. 164 da Lei 14.133/2021](#)).

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias** úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados;

10.3.1. de forma eletrônica, através do sistema www.licitanet.com.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.portorealdocolégio.al.gov.br e no sistema www.licitanet.com.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.3. ANEXO II - MINUTA ATA

11.11.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

Porto Real do Colégio/AL, 26 de FEVEREIRO de 2026.

PRISCILA SOUZA MOURA
PREGOEIRA



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Registro de Preço para eventual e futura contratação de Pessoa Jurídica para implantação do **PROGRAMA ESCOLA SEGURA**, por meio da locação de um conjunto de soluções integradas, composto por subconjuntos de Captação e Gestão de Imagens, Controle Biométrico de Acesso, Inspeção e Detecção de Metais, Monitoramento Móvel Tático, Vídeo Telemetria de Frota, Proteção Perimetral, Automatização de Ambientes e Centro Operacional Integrado, incluindo todo o material necessário à instalação e ao seu funcionamento, com o objetivo de atender às necessidades de segurança institucional do Sistema Educacional do Município de **PORTO REAL DO COLÉGIO/AL**.

JUSTIFICATIVA

O Programa Escola Segura, é uma solução que pensa a segurança da comunidade escolar em todos os seus espaços. Tem como principal objetivo promover um ambiente escolar mais seguro, acolhedor e preparado para proteger a integridade física, emocional e social de todos os seus integrantes — alunos, professores, funcionários e famílias.

Visa unificar os processos tecnológicos dispostos pela escola para mitigar à violência na escola, por meio de captação e gestão de imagens que considera um circuito interno de câmeras, à entrada e à saída da escola com equipamentos de controle biométrico de acesso, à inspeção inteligente, sem expor ou causar constrangimentos às pessoas por meio dos Portais Detectores de Metais, o Monitoramento Móvel Tático feito por servidores responsáveis pela gestão da disciplina e do acesso, por meio de câmeras corporais, a videotelemetria de frota escolar que torna o transporte dos alunos muito mais seguro, confiável e eficiente. A proteção do perímetro das escolas, com sensores, sirenes e alarmes sem fio e controle smart. A automação dos acessos aos ambientes com fechaduras inteligentes. Tudo interligado a um Centro Operacional Integrado por meio de uma rede de Comunicação Gigabit do Município que permite a utilização de ferramentas de TI aplicadas.

Por este motivo o Programa Escola Segura tem como o principal foco mitigar a insegurança dos pais, professores, técnicos e alunos da rede pública municipal de educação, além de criar as condições para garantir a integridade física das pessoas e dos patrimônios do município no âmbito educacional. Permitindo intensificar o uso da tecnologia da informação no sistema de proteção, com foco na prevenção, interligando as ocorrências num Centro de Controle dirigido à Segurança Pública no âmbito do Município.

É importante que as escolas tenham um sistema de videomonitoramento moderno, feito por câmeras profissionais de segurança que possibilitem a identificação de pessoas suspeitas ou ações inadequadas dentro do ambiente escolar, incluindo aí o perímetro das escolas urbanas e rurais, corredores, salas de aulas e espaços compartilhados por alunos, professores, técnicos e toda comunidade devem ser protegidos.

O controle de acesso nas escolas é um assunto de extrema importância para garantir a segurança dos alunos, professores e funcionários e visitantes. A gestão do acesso não visa apenas a restrição e é fundamental para evitar situações de risco e garantir a tranquilidade no ambiente educacional. Esse controle pode se dar de forma inteligente e integrada por meio



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

de catracas e leitores de reconhecimento facial que além de gerir de forma eficiente possam se comunicar com os pais/responsáveis por meio de envio de mensagens quando o aluno entra ou sai da escola.

Além disso, os portais detectores de metais, também farão toda diferença em escolas de grande concentração de alunos. Os detectores são equipamentos que ajudam a identificar a posse de objetos que possam de alguma maneira ser utilizados para ferir outras pessoas dentro da escola. Mesmo diante de tantas dificuldades, é necessário pensar em medidas que inibam a entrada e ou circulação de armas e outros itens com características perfuro/cortante.

É imperiosa a adoção de medidas cautelares que minimizem as vulnerabilidades, mitiguem as ameaças que possam advir sobre a comunidade escolar com a utilização de câmeras corporais pelos agentes públicos responsáveis pelo acesso e segurança das escolas, com o acompanhamento em tempo real das imagens captadas nas escolas, por meio das câmeras fixas e câmeras móveis utilizadas pelo servidor/monitor/auxiliar com a finalidade de aperfeiçoar a atuação dos órgãos responsáveis pela segurança e a gestão do controle de acesso das escolas, juntamente com a comunicação entre as unidades escolares e os pais/responsáveis dos alunos/as numa gestão inteligente executada por plataformas amigáveis e modernas.

O transporte escolar que é de responsabilidade da municipalidade é outro ambiente que deve ser protegido. O Trajeto entre a casa e a escola tem se tornado muito perigoso. O aumento do índice de acidentes, seja por erro humano ou técnico. O aumento das reclamações por parte da comunidade escolar, acerca da abordagem e do comportamento dos motoristas. Os casos de violência, dentro do transporte escolar. Tudo isso pode ser evitado com a adoção da videotelemetria, que consiste na instalação de equipamentos que podem monitorar (áudio/vídeo) interno e controlar (velocidade, distúrbios na condução) e outras medidas telemétricas que contribuem para a prevenção de situações de risco e para a rápida identificação de problemas que possam vir a ocorrer.

O projeto conta com uma estrutura dedicada ao controle e proteção de todo o perímetro das escolas. O funcionamento ocorre por meio de um sistema de alarme sem fio, no qual, sensores internos e externos se interligam por meio de uma central inteligente que informa aos responsáveis as ocorrências de violação do espaço escolar.

O processo de automação de portas que dão acesso a diversos ambientes e que precisam ser melhor protegidos também se faz necessário, haja vista, que o controle e a gestão dos espaços como os que armazenam equipamentos e produtos pode ser realizado com fechaduras e mecanismos inteligentes.

É importante que as escolas tenham um plano de segurança atrelado ao uso de tecnologia de segurança bem definido e que todos os funcionários e alunos sejam informados sobre as medidas de segurança adotadas na instituição. Isso ajuda a criar uma cultura de segurança e prevenção, além de preparar a comunidade escolar para agir em caso de emergência. É fundamental para garantir a segurança de todos os envolvidos no ambiente educacional.

A aquisição da solução proposta tem como base a utilização de conjuntos inteligentes que permitirá tratar com responsabilidade, eficiência, economicidade e praticidade, grande quantidade de informações. Visa prevenir ações que, de alguma forma, possam causar danos aos bens e as pessoas que utilizam o serviço público. Busca proteger nosso bem maior, "a vida".



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

OBJETIVO

O Programa Escola Segura tem a finalidade de prevenir possíveis casos de violência e danos às escolas, proteger alunos, professores, funcionários e visitantes contribuindo com o bem-estar de todos, ampliando a sensação de segurança, além de proporcionar a coleta de dados de maneira eficiente e eficaz.

Através do sistema do Programa Escola Segura pretende-se:

Ampliação institucional de segurança no ambiente escolar;

Monitoramento 24 horas por dia, 07 dias por semana;

Diminuição de delitos nas áreas monitoradas (externas e internas da escola);

Implantação de Sistema de vigilância com câmeras como solução economicamente viável e eficiente;

Obtenção de grande eficácia contra assaltos ao redor das escolas: rapidez no tempo de resposta a ocorrências;

Alcance de caráter preventivo: possível detecção antes de invasões, atos de vandalismo ou roubos;

Visualização remota do local: através da internet, é possível visualizar o patrimônio monitorado de qualquer lugar do mundo;

Realização de registro de ocorrências para futura verificação: todas as imagens ficam registradas no servidor de armazenamento do sistema;

Inibição de furtos, roubos, vandalismos, depredadores, pichadores e pessoas mal-intencionadas;

Tranquilizar as pessoas presentes no local com a implantação de medidas preventivas inteligentes;

Permitir que cada ocorrência seja tratada da maneira mais adequada: por estar vendo a ocorrência em tempo real, a central operacional integrada pode tomar a atitude mais correta para cada tipo de emergência;

Facilitar o trabalho de pronta resposta das instituições de segurança fornecendo pormenores de situações e crimes que poderão acontecer;

Visualização, monitoramento e gravação das imagens de diversas localizações ao mesmo tempo; possibilidade de acompanhamento, em tempo real, dos acontecimentos;

Controlar o acesso de funcionários, professores, alunos pais e comunidade de forma inteligente e moderna;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

Enviar dados e notificações de entrada e saída (controle de acesso) dos alunos para os pais/pessoas responsáveis;

Evitar a entrada de objetos que possam ser utilizados como armas contra a comunidade escolar;

Tornar o transporte escolar mais seguro e eficiente, com medidas de monitoramento e telemetria, com o objetivo de melhorar o deslocamento dos alunos e prevenir acidentes.

ESTRUTURA DESCRITIVA

A estrutura do Programa Escola Segura está baseada em um conjunto de soluções integradas composta por subconjuntos:

Subconjunto 01: Captação e Gestão de Imagens;
Subconjunto 02: Controle Biométrico de Acesso;
Subconjunto 03: Inspeção e Detecção de Metais;
Subconjunto 04: Monitoramento Móvel Tático;
Subconjunto 05: Videotelemetria de Frota;
Subconjunto 06: Proteção Perimetral;
Subconjunto 07: Automatização de ambientes;
Subconjunto 08: Centro Operacional Integrado;

As instalações, objeto deste Termo de Referência deverá ser executadas com base nos quantitativos e locais iniciais constantes neste TR, devendo seguir as premissas abaixo:

PREMISSAS E DEFINIÇÕES

O Programa tem como premissa a locação de uma solução integrada que contempla o vídeo monitoramento das escolas, creches, ginásios esportivos, e demais logradouros pertencentes a Secretaria Municipal de Educação, através do fornecimento de câmeras fixas, do controle de acesso com catracas e leitores faciais inteligentes, de câmeras corporais móveis que ficam acopladas ao corpo dos auxiliares de disciplina das escolas, de detectores de metais que ajudam a evitar o acesso de objetos proibidos nas escolas, de alarmes e sensores sem fios que ajudam a proteger o patrimônio público contra furtos de toda ordem, da videotelemetria da frota escolar com instalação de câmeras específicas nos ônibus escolares, com a automatização das escolas com a infraestrutura de redes disponibilizadas nas unidades, conexões (tubos, perfilados e eletrocalhas) base da operação e suporte de manutenção corretivo-preventiva para a efetivação da sensação de segurança nas escolas públicas.

A proponente deve manter seus funcionários identificados por crachá, quando em cumprimento do objeto desta licitação nas dependências do município.

Deve ainda manter sua equipe técnica sempre provida de EPI's, ferramental, instrumentos e equipamentos, devidamente aferidos e calibrados, adequados ao trabalho e em perfeitas condições de uso.

Fornece, instalar e fazer manutenção corretiva e preventiva em todos os subconjuntos apontados neste termo de referência;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

Fornece, implantar e configurar solução de equipamentos ativos de rede (Switches, Concentradores, Centrais, Roteadores e interfaces);

Fornece, instalar e configurar a solução de captura de imagens contemplando o fornecimento, implantação e configuração do software de gerência e gravação de imagens;

Efetuar treinamento do software para 02 (dois) TI da Contratante, e para todos os servidores responsáveis pelo controle de acesso, disciplina e gestão e organização das escolas e prédios e equipamentos relacionados a Secretária de Educação;

Fornece serviços de garantia, com substituição de partes, unidades, módulos e peças para as soluções; suporte por meio de manutenção corretiva e preventiva de toda a solução fornecida, pelo prazo de até 48h da hora de abertura do chamado;

É de responsabilidade da contratada a Prestação dos serviços de instalação de cabeamento elétrico e de rede de dados, delimitação de posicionamento, instalação e configuração dos dispositivos:

A contratada deverá realizar todos os serviços de instalação, configuração e ativação dos dispositivos, provendo o cabeamento de comunicação de rede de dados e alimentação de energia elétrica necessária para a alimentação dos mesmos.

Deverá executar o cabeamento elétrico e de rede de dados entre os dispositivos e os switches. A comunicação a partir dos switches, incluindo os links de comunicação LAN/WAN, será de responsabilidade da contratada.

A execução do cabeamento poderá se dar tanto de forma sobreposta às paredes e tetos, utilizando-se sempre de bandejamentos e similares, como de forma embutida em paredes, tetos e pisos, com a reposição do acabamento a fim de não haver alteração das características físicas e originais dos locais de instalação.

Deverá ser realizada a delimitação do posicionamento dos dispositivos considerando as condições técnicas ideais para garantia da eficiência da autenticação da face (altura, luminosidade, etc.), a instalação das placas de identificação, a instalação dos dispositivos e as configurações de foco, luz e rede.

A Empresa deverá manter, durante o fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas neste Termo de Referência.

Poderá ser solicitado ao fornecedor, pelo Pregoeiro, informações adicionais necessárias, laudos técnicos de análise, amostras dos produtos e outros, a qualquer tempo e/ou fases do procedimento licitatório, com a finalidade de dirimir dúvidas e instruir as decisões relativas ao julgamento.

A Contratante não se obriga a adquirir a quantidade registrada, podendo solicitar o fornecimento de itens individualmente e em percentuais menores, conforme necessidade demandada.

O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar visitas técnicas para análises in loco, previamente agendadas, inclusive podendo desconsiderar toda proposta se atestar a inconsistência em determinado produto mediante análise efetuada após visita técnica.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

Os equipamentos cotados poderão ser desclassificados, mediante a análise das suas amostras, sendo convocado o 2º classificado no certame e, assim, sucessivamente. A licitante desclassificada terá 48 (quarenta e oito) horas de prazo para retirar as amostras apresentadas dos produtos desclassificados, após a homologação do processo licitatório. A arrematante deverá retirar as amostras dos produtos classificados no ato da entrega dos produtos.

DA MODALIDADE E LOTE ÚNICO

Sugerimos a realização desta licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, tendo o **menor preço global** como critério de julgamento.

A opção pelo agrupamento dos itens em lote único justifica-se para atender integralmente os objetivos da presente contratação. A contratação de forma conjunta é justificada em razão da vinculação entre a execução dos serviços e a disponibilização dos materiais, implicando substituição de peças e acessórios durante a vigência do contrato, sob a responsabilidade da empresa contratada.

Desta forma, possibilita-se à administração o gerenciamento centralizado do contrato, bem como uma relativa economia de escala, possibilitando maior controle de gestão, evitando o tempo despendido para sua perfeita fiscalização e a excessiva e desnecessária burocratização de processos, além de aglutinar a disponibilização e funcionamento de todos os equipamentos do sistema de forma integrada, com configurações compatíveis e realizadas por uma única contratada responsável.

No valor global da proposta apresentada deverão estar incluídos impostos, fretes, encargos sociais e demais despesas, pertinentes à locação do objeto.

Os fornecedores deverão constar na proposta a marca, inclusive o modelo (quando for o caso), dos produtos cotados, sob pena de desclassificação de plano da proposta.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Iniciar a execução dos serviços de instalação no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite iniciar a execução dos serviços contratados, o que não eximirá a CONTRATADA de arcar com todo o ônus pelos prejuízos causados à CONTRATANTE, podendo ser aplicadas as sanções cabíveis;

Apresentar declaração indicando o nome, CPF, número do registro no CREA da região competente, do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto da contratação. O nome do responsável técnico indicado deverá ser o mesmo que constar dos atestados de responsabilidades técnicas apresentadas para qualificação técnica da licitante;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

Designar por escrito, no ato da assinatura do contrato, preposto que tenha poderes para resolução de possíveis ocorrências que ocorram durante a execução do contrato;

Instalar toda infraestrutura (eletrodutos, cabos, conduletes e etc) necessária às instalações de cabeamento lógico e instalações elétricas para o perfeito funcionamento dos equipamentos que deverá ser executada pela contratada com a fiscalização da contratante.

Submeter-se à fiscalização permanente do gestor e fiscal, designados pela contratante;

A deverá comprovar que tem em sua estrutura operacional um ambiente informatizado (tipo sala de situação ou controle), com capacidade de prestar suporte técnico e manutenções preventivas do sistema operacional as quais, poderão ser executadas de forma remota, através de testes periódicos ou por análise técnica preventiva no local, sem custo adicional para a contratante sempre que solicitado e por profissional de nível técnico, profissionalizante, ou superior correspondente ou correlato à área de Sistema da Informação, como por exemplo: Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Software, Sistemas de Informação, entre outros;

A manutenção corretiva consubstancia-se em reparação ou substituição de equipamentos fornecidos pela licitante.

Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços prestados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

É vedada a remoção dos equipamentos instalados sem prévia e expressa anuência da Contratada, que se dará sempre por escrito, sob pena de aplicação da penalidade prevista por infração contratual.

Manter-se durante a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento;

Em caso de pane no sistema a contratada deverá disponibilizar técnicos para o pronto restabelecimento do sistema em até 24h.

Exercer os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da contratante;

Treinar sempre que necessário os colaboradores indicados pela contratada para a perfeita gestão do sistema, e fornecer uma cartilha eletrônica para consultas posteriores ou sanar dúvidas após o treinamento;

Manter durante toda a vigência do Contrato: sede, filial ou escritório do Município, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Secretaria de Municipal de Educação. O espaço deve contar com toda infraestrutura necessária ao seu funcionamento em dias comerciais; deve ter fachada identificada e contar com no mínimo (02) dois funcionários com vínculo empregatício (CLT); um veículo caracterizado com a *logo* da empresa e possuir todos os equipamentos necessários a execução dos serviços;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

O licitante vencedor deverá comprovar, no prazo de 30 (dez) dias, contados da assinatura do contrato, o cumprimento desta obrigação.

Comunicar à Secretaria de Educação qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

Responder pelos danos causados diretamente à Secretaria de Educação ou aos bens da Contratante, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela à Secretaria de Educação.

Compor estrutura de trabalho e alocar recursos humanos adequados para o atendimento dos serviços, de modo que não ocorra interrupção nos mesmos, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, falta ao serviço, licença médica, demissão de empregados ou qualquer outra situação de afastamento de empregados.

Disponibilizar um mínimo de quantitativo do quadro de funcionários, para compor o quadro reserva, visando à substituição de seus funcionários quando das ausências citadas no item anterior, a fim de que os serviços contratados não sofram solução de continuidade;

Responsabilizar-se pelo registro de ponto e controle de frequência de seus empregados, nos termos da legislação vigente.

Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da Contratante, porém, sem qualquer vínculo empregatício com esta. Os empregados permanecerão durante o expediente, devidamente uniformizados, com identificação no fardamento e, portanto, crachá.

Substituir os fardamentos que apresentarem defeitos ou desgastes, independentes do prazo estabelecido, sem qualquer custo adicional para a Contratante ou mesmo para os empregados.

Obriga-se a manter supervisor(es) sem ônus adicional para a Contratante, com a missão de garantir o bom andamento dos serviços, com atribuições exclusivas junto ao Contrato da Secretaria de Educação, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços; estes supervisores terão a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

Cumprir e fazer com que seus funcionários cumpram as normas de segurança do trabalho, disciplinares e demais regulamentos da Contratante e dos locais de prestação de serviço, devidamente disponibilizados, bem como tratar com cortesia todas as pessoas que tiveram contato no local de execução dos serviços.

Pagar os salários e encargos sociais até os respectivos vencimentos ante sua condição de única empregadora do pessoal designado para execução dos serviços contratados, obrigando-se ao fiel e integral cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, não sendo admissível atrasar pagamento sob o argumento de eventual atraso no pagamento do contrato, e tampouco invocar a corresponsabilidade da Contratante para tentar eximir-se destas obrigações.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

Comprovar mensalmente o cumprimento de todas as obrigações devidas aos empregados vinculados aos serviços objeto da licitação, sob pena de, em caso de recusa ou falta de exibição dos mesmos, ser susgado o pagamento de quaisquer faturas que lhes forem devidas até que seja cumprida esta exigência, e ainda sujeitando a licitante vencedora à aplicação das penalidades mais severas previstas em edital e no contrato.

Promover curso(s) de aperfeiçoamento para os profissionais contratados para execução dos serviços, sempre em comum acordo com a Contratante, no mínimo 01(um) por ano.

Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre suas atividades e/ou sobre a execução do objeto, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas aos serviços prestados.

Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório, devendo comunicar a contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Secretaria de Educação.

Apresentar, sempre que solicitado pela gestão do contrato, os comprovantes de pagamento de salários e benefícios dos empregados e recolhimentos dos encargos sociais.

Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado.

Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que aconteça em dependência da Contratante.

Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto deste Termo, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada. Sob pena de anulação sumária do contrato;

Executar os serviços através de pessoas idôneas, assumindo responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que venham a ser cometidas no desempenho das suas funções, podendo a Contratante solicitar a substituição daquelas cujas condutas, a seu critério, sejam julgadas inconvenientes, ou não atenda às necessidades dos serviços.

Efetuar a entrega do objeto locado em perfeitas condições, conforme especificações, no local, e prazo de 30 (trinta) dias corridos a partir das solicitações constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

Oferecer garantia para os equipamentos e serviços durante toda a vigência contratual;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 3 (três) dias úteis, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

CONDIÇÕES DE ENTREGA

O fornecimento do material cotado deverá ser providenciado, de acordo com a necessidade da Secretaria de Educação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de expedição da Ordem de Fornecimento, enviada à empresa através de e-mail ou de outro meio hábil.

Para efeito de verificação da conformidade ou não dos serviços fornecidos com as especificações constantes do presente Termo de Referência, o Município, através do Setor Competente a ser identificado, terá o prazo de 24 horas, contado da data de entrega, oportunidade em que o aceitará, atestando a respectiva nota fiscal, ou o rejeitará, na hipótese de desconformidade que não atenda às necessidades desta instituição.

O material solicitado deverá ser entregue na sede da Secretaria solicitante ou em endereço informado na Autorização de Despesa e/ou Ordem de Fornecimento, das 8h às 11h30min, e das 14h30min às 16h00min (horário local), em dias úteis.

A contratada deverá executar fielmente as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da fiscalização, salvo por motivo justificável, fruto de caso fortuito ou força maior, que deverá ser analisado por servidor designado.

A contratada, em caso de produtos defeituosos ou em desacordo com as especificações técnicas contidas neste Termo, deverá promover sua substituição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da notificação do Órgão público municipal requerente.

Caso o produto necessite de troca, as despesas também ficam a cargo do fornecedor.

DESCRIÇÃO DOS SUBCONJUNTOS

Subconjunto 01: Captação e Gestão de Imagens

Cada Escola, relacionada neste TR será, contemplada por um sistema de captação das imagens;

A contratada deverá fornecer a cada escola toda a infraestrutura direta e indireta necessária ao monitoramento das imagens geradas pelas câmeras de segurança instaladas no local, ter



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

condições de disponibilizar link de dados (ponto de internet) capaz de enviar imagens e dados em tempo real à Central Operacional Integrada.

Entende-se como Subconjunto 01, o conjunto de insumos dedicados à função de monitoração das imagens provenientes dos servidores conectados às câmeras localizadas nas Escolas.

O subconjunto de captação e gestão de imagens deve estar interligado ao Centro Operacional Integrado por meio da Rede Gigabit de responsabilidade da contratada.

Gerência e gravação:

Deverá ser composta por Servidores e/ou Stand Alone (Dvr's, Nvr's e I'nvds).

Os Servidores e/ou Stand Alone (Dvr's e Nvr's) deverão ser instalados em Rack de 12U padrão 19 a ser fornecido na solução.

Os servidores cumprirão as seguintes funções:

Os servidores e/ou Stand Alone (Dvr's e Nvr's) de gerência e gravação deverão executar o software de gerência e gravação, responsável pelo cadastro e configuração dos elementos (câmeras) do sistema, gravação das imagens e administração das conexões entre os mesmos.

Os servidores e/ou Stand Alone (Dvr's e Nvr's) deverão ser fornecidos completos, com sistema operacional compatível com as soluções ofertadas e licenciadas.

A gerência de gravação pode ser feita no Centro Operacional Integrado do Município;

Transmissões de dados:

A infraestrutura necessária para atender este projeto, será de responsabilidade da contratada;

A estrutura horizontal necessária ao funcionamento do projeto a partir do lançamento e fixação de rede óptica ocorrerá a cargo da Contratada;

Funções Operacionais:

O armazenamento das imagens terá duração mínima de 15 (quinze) dias e será realizado em disco rígido (HD).

O acesso às imagens pode ser realizado no Centro de Controle operacional e em dispositivos mobiles autorizados pela contratante;

A solução deve acompanhar software de funcionamento compatível com os demais subconjuntos e com o VMS principal apontado no subconjunto 8, instalação, treinamento e manutenção preventiva e corretiva

Subconjunto 02: Controle Biométrico de Acesso:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

A contratada equipará as escolas para o controle e gestão de acesso às suas dependências por meio da instalação de catracas e controladores de acesso (leitores faciais) com capacidade de organizar o fluxo de entradas e saídas dos usuários;

A contratada disporá de toda a infraestrutura direta e indireta necessária às instalações das catracas e leitores faciais, além da gestão dos dados biométricos dos usuários. Devendo ofertar todas as condições de links de dados capazes de organizar a gestão de acesso completo.

Toda a estrutura necessária para a instalação das catracas e leitores faciais será de responsabilidade da empresa contratada, inclusive as pequenas intervenções físicas dos espaços (implantação de barreiras, portões, grades, coberturas). Sempre com a concordância da contratante;

Cada escola será contemplada por terminal de reconhecimento facial para controle de (acesso – entrada ou saída) por meio das catracas e contará com de bancos de dados e Solução de Controle de Acesso e controle da quantidade de alunos e servidores presentes nas escolas.

A solução deve acompanhar software de funcionamento compatível com os demais subconjuntos e com o VMS principal apontado no subconjunto 8, instalação, treinamento e manutenção preventiva e corretiva

Os equipamentos de Controle de acesso (Controladores Faciais) devem contemplar a embarcação de uma solução (Software/API - Interface de Programação de Aplicações) que integre (Escola – pais, professores e alunos) por meio de disparo de mensagens em texto para os pais/responsáveis no momento em que os discentes (passem pelos controladores faciais e catracas) na entrada e na saída;

A solução (Software/API) deve fazer uma notificação em texto, em tempo real, via aplicativo de mensagens instantâneas multiplataforma gratuito, sobre a entrada e saída de alunos na escola.

A API deve fazer a identificação do aluno por reconhecimento facial na entrada e saída da escola.

A API deve ser capaz de enviar notificações automáticas aos responsáveis pelos alunos.

A API deve fazer, caso necessário, a integração com dispositivos de segurança já instalados na escola (como câmeras e controles de acesso), com a API do fabricante do controlador facial;

Após a identificação do aluno, o sistema enviará uma mensagem automática para os pais/responsáveis, informando sobre a entrada ou a saída, com dados como nome do aluno e horário;

A API deve receber e processar eventos em tempo real, utilizando *WebSocket* para monitorar entradas e saídas dos alunos cadastrados;

A primeira vez que um aluno entra na escola, a API deverá cadastrar o aluno e enviar uma mensagem de boas-vindas aos responsáveis via WhatsApp ou aplicativo semelhante;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

A API será autenticada via sistema do fabricante do facial para garantir a segurança na comunicação e monitoramento;

A API deve realizar o cadastro dos alunos, com informações essenciais como nome, cpf, idade, sexo, pais, endereço, contato dos pais/responsáveis, e-mail e identificação para o reconhecimento facial;

O responsável cadastrado será informado automaticamente (por meio de mensagem pré-formatada) sempre que o aluno passar pelo controlador de acesso na entrada ou na saída da escola;

A API deve se integrar com o sistema de controle de acesso da fabricante do facial, usando a API para autenticação e obtenção de dados sobre o aluno;

A API monitorará os dispositivos do fabricante do facial conectados à rede para identificar eventos de entrada e saída dos alunos;

A API deve ser capaz de enviar notificações para números de WhatsApp ou outro aplicativo popular e de grande acesso, registrados de forma eficiente e sem falhas;

A API deve operar sem interrupções, garantindo que os responsáveis sejam notificados em tempo real;

A API deve garantir a segurança dos dados dos alunos e responsáveis, utilizando criptografia e autenticidade nas comunicações e regras da LGPD;

A API deve ser capaz de lidar com o aumento do número de alunos e escolas no futuro, sem comprometer a performance;

A interface da API, tanto para os administradores quanto para os responsáveis, deve ser simples, clara e fácil de usar;

É prerrogativa da administração municipal solicitar à licitante temporariamente declarada vencedora a apresentação de amostra (API – disparo de mensagens aos pais/responsáveis) caso haja necessidade; para comprovação do atendimento às exigências técnicas em até 05 (cinco) dias úteis após a notificação;

Após a notificação, via sistema de licitação ou email, com data, hora e local indicados, a licitante deverá se encaminhar ao município, e levar os equipamentos necessários (referente a este subconjunto) para apresentação da API e seus equipamentos (hardware e Software) em funcionamento à equipe técnica da Secretaria de educação;

Será desclassificada a licitante, quando demandada, não realizar a amostragem, ou não demonstrar na totalidade o funcionamento da (API – disparo de mensagens aos pais/responsáveis);

Subconjunto 03: Inspeção e Detecção de Metais;

A solução visa a auxiliar a segurança do ambiente educacional impedindo a entrada de armas e aumentando a sensação de segurança;

Busca garantir um ambiente mais seguro para alunos, professores e funcionários;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

Ajuda a cumprir normas ou políticas de segurança estabelecidas pela escola ou por órgãos reguladores;

A solução contará com a instalação de Detector de metais tipo portal com zonas de detecção sobrepostas de alta sensibilidade capazes de detectar múltiplos itens de metal simultaneamente e com alto isolamento contra interferências e funcionamento estável;

A empresa contratada ficará responsável pela implantação/instalação de equipamentos e treinamento da equipe que fará uso operacional da solução;

Os detectores devem capturar metais ferrosos, não-ferrosos e inox. Conter alteração nas linhas de fluxo magnético, podendo ser maior ou menor;

Possuir ponto de calibração para que detector responda;

O detector deve possuir tecnologia de emissão de campo eletromagnético de frequência baixa (em conformidade com os padrões de segurança internacionais atuais), que impede danos a marca-passos, mulheres grávidas e dispositivos de armazenamento magnético.

A solução deve acompanhar software de funcionamento compatível com os demais subconjuntos e com o VMS principal apontado no subconjunto 8, instalação, treinamento e manutenção preventiva e corretiva

Subconjunto 04: Monitoramento Móvel Tático;

O equipamento deve ser capaz de capturar imagens e áudio em alta qualidade nos ambientes da escola.

O visor LCD integrado deve permitir ao servidor responsável fazer a revisão das imagens onde e quando quiser, possibilitando também a transmissão, em tempo real, através de Conexão 3G/4G , WiFi, Bluetooth e GPS;

Deve gravar em HD ou superior. Transmitir vídeos para a plataforma do Centro Operacional Integrado via comunicação sem fio, quando necessário. Devendo ser seu sistema operacional compatível com o VMS descrito no subconjunto 8.

Deve conter Módulos de posicionamento de GPS, enviando as informações de localização para o centro operacional em tempo real. Com função para reconhecer as características faciais na imagem capturada mesmo em movimento.

A dispositivo corporal deve ser à prova d'água, à prova de poeira e suportar quedas de até 2m de altura. Deve ser resistente a movimentos bruscos e ser capaz de gravar em ambientes diversos.

O equipamento deve possibilitar o bloqueio através de senha, impedindo alteração dos dados ou a manipulação das imagens armazenadas;

Deve acompanhar acessório de aconragem ao corpo do servidor responsável pela disciplina da escola;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

A dispositivo corporal deve vir embarcada com tecnologia de inteligência artificial que deve ser aplicada às necessidades da escola, no controle de acesso, no registro de distúrbios, no acompanhamento de ações suspeitas e ocorrências diversas relacionadas a violência na escola;

A solução deve acompanhar software de funcionamento compatível com os demais subconjuntos e com o VMS principal apontado no subconjunto 8, instalação, treinamento e manutenção preventiva e corretiva

Subconjunto 05: Videotelemetria de Frota Escolar;

A empresa contratada será responsável pela instalação de dispositivos de monitoramento e rastreamento, que se encontrarão embarcados em cada veículo que compõem a frota escolar, em tempo real, durante 24 horas por dia, 7 dias por semana, ininterruptamente, gerando históricos das operações cotidianas de toda a frota, dados para estudos e verificações posteriores, bem como estatísticas qualitativas e quantitativas a respeito da prestação dos serviços praticados por essas organizações públicas.

Os equipamentos de gravação devem vir embarcados com softwares de controle e gerenciamento para auxiliar no controle da jornada de trabalho dos colaboradores, na redução de sinistros, na manutenção preventiva, na otimização do consumo de combustíveis e principalmente na segurança dos bens e das pessoas.

O subsistema de Videomonitoramento Veicular compreende uma solução de gravação e visualização de imagens das câmeras instaladas, velocidade, localização e deslocamentos identificados através do receptor GPS, assim como o áudio no ambiente dos veículos, armazenado por meio de cartões de memória – SD ou similares;

Deve possibilitar a transmissão das imagens para a Central Operacional Integrada, em tempo real, com tecnologia 3G/4G ou superior, em qualquer das operadoras de telefonia celular;

As Soluções envolvem a locação de chips multioperadora ou dual chip, totalmente funcionais e operacionais por conta da contratada;

O armazenamento das imagens terá duração mínima de 15 (quinze) dias e será realizado em equipamento de gravação localizado nos veículos;

A contratação compreende a instalação, desinstalação, remanejamento, manutenção e suporte, sistemas para gerenciamento e integração com a plataforma de gestão, bem como a instalação, parametrização, customização e sustentação desta.

A solução deve acompanhar software de funcionamento compatível com os demais subconjuntos e com o VMS principal apontado no subconjunto 8, instalação, treinamento e manutenção preventiva e corretiva

Subconjunto 06: Proteção Perimetral

A Solução contra intrusão consistirá na locação de equipamentos e softwares voltados a gestão da segurança de perímetros das escolas;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

Deve ser sem fio e instalada em ambientes internos e externos;

Deve integrar todos os dispositivos para garantir um sistema de segurança com múltiplas funcionalidades;

O sistema deve ser composto por central de alarme, sirene, teclado, controle, sensor de abertura e sensor de movimento;

A central, equipamento responsável por gerenciar os sensores, sirenes, controles e a comunicação em geral deve vir também embarcada com software de controle e gerenciamento remoto;

O controle, equipamento que irá controlar a comunicação entre a central permitindo assim armar ou desarmar a central com praticidade;

O dispositivo de repetição ampliará o alcance da comunicação entre a central e os dispositivos (sensores, sirenes, controles);

A solução deve contemplar dispositivos usados em portas, janelas, para fazer a detecção de abertura utilizando sensores magnéticos;

A solução deve contemplar dispositivo de alarme sonoro em caso de disparo via sensores;

A solução deve contemplar dispositivo que faz reconhecimento de movimentos, usado em ambientes interno e ou externo, contendo proteção a animais domésticos;

A solução deve contemplar dispositivo com sensor integrado com câmera, que efetua foto verificação, em caso de sinistro ou incidente é possível acesso ao vivo para verificação do ambiente;

A solução deve contemplar dispositivo com sensor de barreira, dispositivo que tem como função proteger áreas maiores, com detecção por feixes infravermelhos ativos;

A solução deve contemplar dispositivo deve identificar o disparo em tempo real; o sensor de presença deve possuir câmera integrada, permitindo a confirmação do evento por aplicativo e ter interação com a central de alarme; o teclado sem fio deve configurar, verificar status e interagir com a central de alarme; deve ter comunicação bidirecional, transmissão de informações em tempo real, para monitorar disparos, status do sensor e nível de bateria;

A solução deve contemplar dispositivo que permita a configuração remota, por meio de aplicativo e/ou o software Desktop;

A solução deve acompanhar software de funcionamento compatível com os demais subconjuntos e com o VMS principal apontado no subconjunto 8, instalação, treinamento e manutenção preventiva e corretiva.

Subconjunto 07: Automação de Ambientes

O sistema consistirá na locação de equipamentos e softwares voltados a automação de ambientes escolares;

A automação dos ambientes educacionais deve otimizar a rotina da comunidade escolar, com a instalação de equipamentos inteligentes que além de permitir o controle a distância objetiva a economicidade por meio de dispositivos programados.

O projeto deve conter fechadura eletromagnética, botão para fechadura eletromagnética interligadas ao projeto de automação permitindo controle e praticidade;

Subconjunto 08: Centro Operacional Integrado



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

O sistema consistirá na disponibilização, por parte da contratada de uma Centro Operacional Integrado capaz de operar diuturnamente o sistema de videomonitoramento das escolas Municipais;

Os servidores municipais designados para prestarem serviço no Centro Operacional Integrado, farão a sua gestão e administração;

O ambiente do Centro Operacional Integrado deverá comportar um posto para operador 24 horas x 7 dias semanais, este posto deverá dispor de cadeira confortável para a função, mesa tipo console de operações e suporte para monitores e computadores servidores;

Importante que o espaço ofereça condições para armazenamento dos equipamentos responsáveis pela integração das escolas. O ambiente deve ser climatizado, iluminado e estruturado para comportar toda a tecnologia necessária para a implantação do Programa.

A Contratante indicará o espaço para implantação do Centro Operacional Integrado.

Na estrutura do Centro Operacional Integrado será instalado uma (PWA - Progressive Web App) que permita aos servidores da escola acionarem de seus celulares um "Botão de Alerta" em situações de risco ou emergência;

Todos os gestores/professores/técnicos das escolas da rede municipal terão acesso ao sistema por meio de com aplicação web progressiva;

A PWA deve disponibilizar plataforma central (sistema) onde os servidores municipais responsáveis pelo Centro Operacional Integrado receberão e despacharão as solicitações/chamados por meio de alertas;

A PWA deve disponibilizar cadastro e gerenciamento de escolas e usuários (educadores/Gestores);

A PWA deve fazer o registro do histórico de ocorrências, estatísticas e relatórios;

A PWA deve fazer login de Usuários Autorizados: acesso restrito a educadores e administradores, assegurando que apenas pessoas credenciadas possam acionar ou gerenciar o sistema.;

A PWA deve conter o botão de Alerta: Acionamento rápido de emergências via aplicativo, com confirmação prévia para evitar falsos alarmes;

A PWA deve ofertar a seleção de Tipos de Ocorrência: Listagem pré-definida de incidentes (ex.: incêndio, briga, invasão armada, entre outros).

O Centro Operacional Integrado recebe alerta em tempo real com localização exata (geolocalização) e dados do solicitante; emite alertas visuais e sonoros; gerencia o status das ocorrências (em atendimento, resolvida);

Histórico de Ocorrências: Registro de data, hora, tipo da ocorrência, resolução e demais detalhes relevantes para auditoria e acompanhamento;

Comunicação Direta: possibilidade de canal de chat entre educador e central de atendimento;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

Cadastro de Escolas: Nome, endereço, geolocalização, responsável;

Cadastro de Educadores/Gestores: Nome, telefone, WhatsApp, e-mail, associação à escola;

Cadastro de Tipos de Ocorrência: Definição de cenários de emergência pré-cadastrados;

Acionamento de Emergência: Botão de pânico em destaque, com tela de confirmação e possibilidade de texto adicional;

Painel de Operações: Recebimento e gerenciamento de ocorrências pela central ou autoridades competentes, com alertas visuais/sonoros e atualização do status;

Notificações em Tempo Real: Confirmação ao usuário de que a solicitação foi recebida, além de comunicação sobre o andamento (em atendimento, resolvida etc.);

É prerrogativa da administração municipal solicitar à licitante temporariamente declarada vencedora a apresentação de amostra (PWA - Progressive Web App – Botão de Alerta) caso necessário; para comprovação do atendimento às exigências técnicas em até 05 (cinco) dias úteis depois de notificada;

Após a notificação, via sistema de licitação ou email, com data, hora e local indicados, a licitante deverá se encaminhar ao município, e levar os equipamentos necessários (constantes no subconjunto 8) para apresentação da PWA e seus equipamentos em funcionamento, à equipe técnica da Secretaria de educação;

Será desclassificada a licitante que não realizar a amostragem, ou não demonstrar na totalidade o funcionamento da (PWA - Progressive Web App – Botão de Alerta);

DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO

Escolas e prédios pertencentes a Secretaria de Educação contemplados neste Programa:

ORD	LOCAL	ESCOLAS / SETORES	LATITUDE	LONGITUDE
1	Canoa de Cima	Escola M. de Ed. Básica Profª Antônia Rosa	10° 4'44.05"S	36°41'47.55"O
2	Entrada	Escola M. de Ed. Básica Manoel A. Costa	10° 4'58.47"S	36°43'48.41"O
3	Retiro I	Escola M. de Ed. Básica Mª Rosa de Jesus	10° 3'47.88"S	36°41'23.30"O
4	Maraba	Escola M. de Ed. Básica José Isid. da Silva	10° 3'28.58"S	36°42'35.90"O
5	Pioneiro/Retiro (Creche)	Centro Educacional Infantil Vereador Valério J. Filho	10° 3'54.83"S	36°41'36.75"O
6	Gila de Cima	Escola M. de Ed. Básica Ver. José da S. Neri	10°01'23"S	36°41'09"W
7	Gila de Baixo	Escola M. de Ed. Básica Ananias de A. Neri	10° 0'59.50"S	36°40'48.65"O



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

8	Pau de Faceira	Escola M. de Ed. Básica Ademário V. Dantas	10° 0'49.75"S	36°40'15.68"O
9	Lagoa Funda	Escola M. de Ed. Básica Aristides F. dos Santos	10° 8'57.95"S	36°48'2.78"O
10	Borges	Escola M. de Ed. Básica Manoel L. de S. Gato	10° 6'32.31"S	36°45'40.72"O
11	Carnaíbas de Cima	Escola M. de Ed. Básica Presidente Dutra	10°10'47.60"S	36°46'52.17"O
12	Carnaíbas de Baixo	Escola M. de Ed. Básica Júlio Florêncio	10°10'55.14"S	36°46'55.15"O
13	Flexeiras	Escola M. de Ed. Básica São Sebastião	10° 9'31.68"S	36°44'4.61"O
14	Marabinha	Escola M. de Ed. Básica P. Tancredo A. Neves	10° 5'51.57"S	36°42'17.39"O
15	Salomezinho	Escola M. de Ed. Básica Dep. José de O. Costa	10° 7'9.14"S	36°43'52.57"O
16	Barra do Itiúba	Escola M. de Educação Básica Pe. Hildebrando Mendes Costa	10°12'44.95"S	36°46'19.51"O
17	Tapera do Itiúba	Escola M. de Educação Básica Dr. Jaime Lustosa de Altavila	10°13'21.47"S	36°44'56.56"O
18	Creche (Aldeia - Extensão)	Escola M. de Educação Infantil Tia Marieta	10°10'29.81"S	36°50'3.68"O
19	Cidade	Escola M. de Ensino Fund M ^a da Conceição de Barros T. Silva	10°10'54"S	36°50'20"W
20	Cidade	Escola M. de Ensino Fund Prof ^o Ernani de F. Magalhães	10°11'17.76"S	36°50'10.21"O
21	Cidade	Escola M. de Educação Infantil D. Pedro II	10°11'17.40"S	36°50'19.17"O
22	Creche (Cidade)	Escola M. de Educação Infantil Maria Pureza Calazans	10°11'30.25"S	36°49'54.93"O
23	Creche (extensão)	Escola M. de Educação Infantil Maria Pureza Calazans (Aldeia Cariri Xocó)	10°11'6.69"S	36°50'18.05"O
24	Secretaria	Secretaria Municipal de Educação	10°11'06"S	36°50'18"W
25	Deposito Sec.	Secretaria Municipal de Educação	10°11'06"S	36°50'18"W

Como parâmetro de organização, cada escola será contemplada por um subconjunto, exceto os subconjuntos que trata do Centro Operacional Integrado e Rede de Comunicação Gigabit do Município, que atendem e objetivam a integração dos demais subconjuntos;

A Contratante indicará os locais/ambientes (internos/externos) e o quantitativo de câmeras, catracas e leitores, detectores de metais, câmeras corporais e veiculares e demais equipamentos a serem instalados em cada escola do Município.

Subconjuntos e quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Subconjunto 01: Captação e Gestão de Imagens;	24
2	Subconjunto 02: Controle Biométrico de Acesso;	24



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

3	Subconjunto 03: Inspeção e Detecção de Metais;	02
4	Subconjunto 04: Monitoramento Móvel Tático;	24
5	Subconjunto 05: Vídeo Telemetria de Frota;	24
6	Subconjunto 06: Proteção Perimetral;	24
7	Subconjunto 07: Automatização de ambientes;	24
8	Subconjunto 08: Centro Operacional Integrado;	02

DAS CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO E IMPLANTAÇÃO

A contratada será responsável em deixar o sistema instalado, configurado e funcionando corretamente de acordo com orientação do Departamento de Tecnologia da Informação da contratada.

Os serviços de instalação deverão ser executados por técnicos especializados e habilitados a manter os equipamentos adequadamente ajustados e em perfeito estado de funcionamento, pela contratada.

Os serviços serão executados no horário e nos dias normais de expediente da Contratante.

Os técnicos da Contratada deverão se apresentar para a realização dos serviços portando documento de identificação.

As quantidades dos itens que compõem os subconjuntos a serem contratados serão definidas pela Contratante de acordo com as características e necessidades das escolas.

DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Para o monitoramento e controle de acesso das Escolas e prédios públicos pertencentes à educação, serão instaladas Câmeras Fixas, Catracas e Controladores Faciais, Detectores de Metais, Câmeras Corporais e Câmeras Veiculares.

Todas devem ser interligadas com o Centro Operacional Integrado, utilizando uma rede de fibra óptica e com projeto de FTTH específico, dedicado à solução. Os itens deverão atender as especificações técnicas mínimas exigidas citadas abaixo no termo de referência.

Os serviços serão executados por mão de obra especializada e deverão obedecer rigorosamente às normas e especificações constantes deste termo; às normas da ABNT; às especificações do Departamento de Arquitetura e Engenharia; às normas do Corpo de Bombeiros; aos regulamentos das empresas concessionárias; às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem do produto; às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

Serviço de instalação, manutenção, configuração, programação, padronização, lançamento, conectorização, fixação e todos os demais necessários para o perfeito funcionamento deste projeto executivo.

Todos e quaisquer serviços de: perfuração; passagem de cabeamento; fixação de infraestruturas para cabeamento; fixação de equipamentos; pinturas e pequenos reparos; locação de andaimes e/ou plataforma de elevação; ferramentas específicas;

Ocorrerão a ônus exclusivamente da empresa contratada, tendo em vista que estes serviços estão incluídos no escopo de instalação de cada um dos itens constantes deste projeto executivo.

Não existirão obras civis significativas neste projeto, dispensando desta forma levantamentos e considerações dedicados a estas.

A Contratada será responsável pela manutenção corretiva da solução instalada no Município, durante o período de garantia dos equipamentos e sistemas e vigência contratual, conforme especificações constantes neste TR;

A Contratada manterá estoque de equipamentos suficiente para realizar as substituições temporárias necessárias, para o período de manutenção dos equipamentos;

Em caso de equipamentos inservíveis a contratada deverá apresentar laudo que constate as condições dos equipamentos e deverá apresentar orçamento para reposição do equipamento a ser substituído, para a devida aprovação por parte da Prefeitura Municipal;

A Contratada deverá manter organizado, limpos e em bom estado de higiene o local onde estiver executando os serviços de instalação, especialmente as vias de circulação, passagens e calçadas, coletando e removendo as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral decorrentes dos processos de instalação;

A Contratada ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar, a terceiros ou ao patrimônio da Contratante, reparando às suas custas os mesmos, durante ou após a execução dos serviços contratados sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Prefeitura Municipal.

Todas as partes danificadas durante a execução dos serviços, bem como forros, paredes, pisos, instalações, pintura e lajes, deverão ser recompostas pela contratada, de modo que permaneçam com as características originais de acabamento.

Todas as despesas relativas à legalização dos serviços perante os órgãos municipais, estaduais ou federais, correrão por conta da Contratada;

Será de responsabilidade da Contratada toda e qualquer providência que diga respeito à segurança do trabalho de seus empregados, bem como a exigência do uso dos equipamentos de proteção individual necessários, sob pena de paralisação imediata dos serviços;

Todos os serviços executados no interior do edifício, ou que ameace bens no interior deste, deverão ser precedidos de proteção (com lona impermeável) dos locais, objetos e materiais da Prefeitura Municipal. Caso necessário, a Contratada providenciará o remanejamento destes para local protegido indicado pelo fiscal do contrato;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

A Contratada deverá providenciar diariamente a limpeza das áreas, evitando acúmulos de entulhos nos locais onde os serviços estiverem sendo realizados;

Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, a retirada dos entulhos, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas e o treinamento.

Todos os itens e serviços deste termo de referência deverão possuir as seguintes especificações técnicas (configurações mínimas) e abaixo;

Subconjunto 01: Captação e Gestão de Imagens:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTD
01	<p>Dispositivo de gravação digital de imagens</p> <p>Deve possuir processador principal Integrado de alta performance; Deve apresentar sistema operacional embarcado; Deve conter suporte para câmeras IP 16 canais; Deve conter suporte a câmeras IP com áudio 16 canais; Deve possuir compressão de áudio suportado G.711A, G711Mu, G726, AAC e PCM; Deve possuir saídas de vídeo 1 HDMI e 1 VGA; Deve possuir resoluções suportadas no monitor HDMI 1920 × 1080, 1280 × 1024, 1280 × 720; Deve possuir resoluções suportadas no monitor VGA 1920 × 1080, 1280 × 1024, 1280 × 720; Deve conter divisão do mosaico da tela 1, 4, 8, 9 e 16; Deve possuir resoluções suportadas na visualização 12MP, 8MP(4K), 5MP, 4MP, 3MP, 2MP(Full HD/1080p), 1MP(HD/720p), D1, CIF; Deve possuir controle de contas de usuário com permissões de acesso ao sistema. Compressão de vídeo/áudio; .265+/H.265/H.264+/H.264/MJPEG. Deve suportar resoluções de gravação 12MP, 8MP(4K), 5MP, 4MP, 3MP, 2MP (Full HD/1080p), 1MP(HD/720p), D1 e CIF; Deve suportar taxa de frames para gravação por resolução 12MP, 8MP (4K), 5MP, 4MP, 3MP, 2MP (Full HD/1080p), 1MP (HD/720p), D1 e CIF todos em até 30 FPS; Deve suportar taxa de <i>bit rate</i> para gravação de 144 Mbps (72 Mbps, quando a inteligência artificial estiver ativada); Deve possuir inteligência de vídeo embarcada no gravador; Deve suportar detecção de face, reconhecimento Facial, inteligência perimetral e Detecção Inteligente; Deve suportar detecção de Face, 1 canal utilizando câmeras comuns ou 4 canais utilizando câmeras que possuem Detecção Facial; Deve fazer reconhecimento Facial 1 canal utilizando câmeras comuns (câmeras até 4MP) ou 4 canais utilizando câmeras que possuem Detecção Facial ou Reconhecimento Facial; Deve realizar busca forense, com possibilidade de buscar utilizando até 8 faces simultaneamente. Limiar de similaridade pode ser configurado para cada face; Deve possuir porta Ethernet 1 porta RJ45 (10/100/1000Mbps); Deve conter funções de rede, HTTP/HTTPS, TCP/IP, IPv4/IPv6, RTSP,</p>	1und



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

	<p>UDP, UPnP (somente discovery), NTP, DNS, DDNS, DHCP, Filtro IP, FTP, SFTP, E-mail (SMTP), SNMP, Multicast, 802.1x, PPPoE, RTMP.</p> <p>Deve conter throughput de rede (com as funções de inteligência desabilitadas), 216 Mbps;</p> <p>Deve conter throughput de rede (com as funções de inteligência habilitadas), 108 Mbps;</p> <p>Deve suportar disco rígido interno, com um porta padrão SATA;</p> <p>Deve ser capaz de fazer o gerenciamento de espaço em disco;</p> <p>Deve indicar alarme de falha e alarme de espaço insuficiente;</p> <p>Deve conter 01 Porta USB;</p> <p>Deverá assegurar compatibilidade plena entre o software licenciado e o hardware do equipamento fornecido.</p>	
02	<p>Dispositivo de captação de imagens</p> <p>Deve dispor de sensor de imagem 1/2.7" 2 megapixels CMOS;</p> <p>Deve possuir obturador eletrônico, Automático Manual: 1/3s ~ 1/100.000s;</p> <p>Deve conter pixels efetivos 1920 (H) × 1080 (V);</p> <p>Deve possuir iluminação mínima 0,1 lux/F2.0 (Colorido, 1/3s, 30IRE) 0 lux/F2.0 (IR ligado);</p> <p>Deve dispor de balanço do branco Automático/ Natural / Externo Automático / Exterior / Manual / Personalizado;</p> <p>Deve conter compensação de luz de fundo BLC/ HLC/ DWDR (60dB);</p> <p>Deve possuir perfil Dia & Noite Automático (ICR) /Colorido/ Preto e Branco;</p> <p>Deve dispor de modos de vídeo, Automático (ICR) /Colorido/ Preto e Branco.</p> <p>Deve dispor de distância focal 3.6mm; abertura de F2.0; ângulo mínimo de visão H: 82° / V: 45°;</p> <p>Deve possuir lente Fixa; alcance IR 30 metros;</p> <p>Deve conter IR inteligente;</p> <p>Deve possuir compressão de vídeo H.264/ H.264B/ H.264H/ H.265/ MJPEG;</p> <p>Deve possuir compressão Inteligente;</p> <p>Deve possuir resolução de imagem 2MP (1920x1080) / 16:9 1.3M (1280x960); 4:3 1M (1280x720) / 16:9 D1 (704x480) / 22:15 VGA (640x480) / 4:3 CIF (352x240) / 22:15;</p> <p>Deve possuir taxa de frames 1 ~ 30 FPS;</p> <p>Deve dispor de interface RJ45 (10/100BASE-T);</p> <p>Deve dispor de throughput Máximo 24 Mbps;</p> <p>Deve dispor de protocolos e serviços suportados, IEEE 802.1X, TCP/IP, UDP, IPv4, IPv6, DHCP, ARP, ICMP, DNS, DDNS, RTSP, RTCP, HTTPs, HTTP, Filtro IP, SMTP, SSL, TLS, IGMP, Multicast, FTP Passivo, NTP, RTP, Onvif, Cloud, RTMP.</p> <p>Deve dispor de configuração de nível de acesso a múltiplos usuários com proteção por senha;</p> <p>Deve dispor de ajuste de imagem Brilho/ Contraste/ Saturação/ Nitidez/ Gama;</p> <p>Deve obedecer o consumo de potência < 4,8 W;</p> <p>Deve dispor de alimentação 12 Vdc, Poe Ativo;</p> <p>Deve dispor de Proteção anti-surto 15 kV (vídeo e alimentação);</p>	16 und



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

	Deve possuir grau de proteção IP67; Deverá assegurar compatibilidade plena entre o software licenciado e o hardware do equipamento fornecido. Deverá possuir interface gráfica amigável com linguagem em português; Deve ser homologada pela Anatel.	
03	Dispositivo de conexão Deve contemplar padrões IEEE802.3 (10BASE-T), IEEE802.3u (100BASE-TX) IEEE802.3x (Flow Control), IEEE 802.3 ab, IEEE802.3z, IEEE802.3af (PoE), IEEE802.3at (PoE+), Hi-PoE; Deve possuir detecção de falhas e travamento na porta; Deve possuir Backplane 7.2 Gbps; Deve conter encaminhamento de Pacotes, 5.36 Mpps. Deve possuir MAC de 8K; Deve conter taxa de latência, 2,8 µs; Deve ter 16 Portas 10/100Mbps (RJ45); Deve possuir 02 Portas Mini GBIC (SFP); Deve possuir 02 Portas Uplink (10/100/1000 Mbps); Deve conter portas PoE 16 (portas RJ45); Deve possuir potência total 135 W (somatório de todas as portas RJ45); Deve dispor de potência máxima por portas 30W (desde que não ultrapasse a potência total do switch); Deve ser homologado pela Anatel.	01 und
04	Dispositivo de organização de equipamentos Deverá ser no mínimo de 19" 12U X 570mm; Deve ser de material soldado, estrutura em Chapa de aço 0,75 / 1,2mm laterais removíveis confeccionadas em chapa de aço de 0,75mm com fecho rápido e exaustão em forma de veneziano; Deve acompanhar visor em acrílico e Fechadura cilíndrica com chaves; Deve possuir teto com abertura para instalação de até 2 Micro ventilador (cooler); Deve acompanhar planos de fixação frontal em chapa de aço 1,2mm; Deve fazer reguláveis na profundidade; Deve dispor de aberturas na parte inferior e superior para passagem de Cabos Acabamento com pintura eletrostática a pó texturizado.	01 und
05	Dispositivo de alimentação e armazenamento de energia elétrica Deverá possuir potência 600VA / 300W Topologia Interativo de simples conversão; Deverá possuir tensão nominal de entrada 220 V~ Variação de tensão de entrada 165 - 265 V~ Frequência de rede 60 Hz ±5 Hz Cabo de força Plug tripolar de acordo com a norma NBR 14136 Saída Fator de potência 0,5 Tensão nominal da saída 220v~ Quantidade/capacidade 1 bateria de chumbo ácido, selada 12V 7; Deve ser homologado por agência regulamentadora responsável.	01 und
06	Dispositivo de Armazenamento:	01 und



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

	Deverá possuir capacidade mínima de 08 TB; Deverá conter padrão de conexão SATA; Deverá conter Buffer mínimo de Hospedagem de 8 Gb/s; Deverá conter velocidade mínima de rotação 5400 (RPM); Deve ser capaz de carregar/descarregar 3 300,000 ciclos por erros de Leitura não recuperáveis por bits lidos; Deverá conter no mínimo altura (mm) 26.1, comprimento aproximado (mm) 147, largura (mm) 101.6, peso (kg) 0.68; Deve ser homologado por agência regulamentadora responsável.	
07	Dispositivo de proteção eletrônica: Deve apresentar 04 tomadas; Deverá ser tipo extensão 10ª; Deve conter no mínimo cabo de 1,5m; Deverá conter chave liga e desliga com fusível reserva para proteção de sobrecarga.	01 und
08	Dispositivo de proteção a componentes Deve apresentar material de plástico resistente na cor branca; Deverá conter dimensões mínimas (L x A x P) 125 x 123 x 60 mm; Deve suportar no mínimo 0,120kg; Deve ser fabricada na cor branca e em material plástico resistente com suporte de proteção mínima IP66; Deve permitir ser fixada em local interno e externo Características ambientais; Deve suportar temperatura de armazenamento -20 °C a 60 °C Umidade relativa de armazenamento 0% a 90% RH. Deve ser homologado por agência regulamentadora responsável.	16 und
09	Cabo de rede Deve apresentar par trançado U-UTP, 4 pares, 8 vias de cobre 24 AWG, Cat5e, 100% cobre; Deverá possuir isolamento do condutor PEAD com diâmetro nominal de 0,90mm; Deverá contemplar condutores de Cobre 24 AWG com Capa PVC retardante a chama CMX; Deverá apresentar temperatura de armazenamento -20°C a 60°C; Deverá apresentar temperatura -20°C a 60°C; Deverá apresentar temperatura resistência elétrica (20°C) 93,8 Ω/km Tensão (V) 85V Impedância característica (0 a 100 MHz) 100±15Ω; Velocidade de propagação nominal 68% Deverá apresentar o desequilíbrio resistivo médio 5% Deverá apresentar o desequilíbrio capacitivo máximo 3,3pF/m ; Deverá apresentar a capacitância mútua máximo 56 pF/m Deverá possuir resistência elétrica de condutor máxima 9,38 Ω/100m Deve conter comprimento mínimo nominal na caixa de 100m a 305m; Deverá atender as normas ANSI TIA/EIA-568-B.2, ISO/IEC 11801, ABNT NBR 14703, ABNT NBR 14705 e RoHS 3 (Diretiva EU 2015/863); Deverá atender as aplicações IEEE 802.3af, IEEE 802.3at e IEEE 802.3bt; Deverá atender ao diâmetro nominal do cabo < 6 mm;	305m



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

	Deverá possuir marcação sequencial Métrica Decrescente; Deverá ser Homologado pela Anatel.	
10	Dispositivo de Conexão terminal Deve contemplar cat5e; Deve ser do tipo: U/UTP; Deve suportar a temperatura de Armazenamento: - 40°C a +70°C; Deve suportar a temperatura de Operação: -10°C a +60°C; Deve ser fabricado na cor transparente e com corpo em termoplástico de alto impacto (UL 94 V-0); Deve possuir vias de contato produzido em bronze fosforoso com camadas de 2,54µm de níquel e 1,27µm de ouro; Deve atender a FCC 68.5 (EMI - Interferência Eletromagnética); Deve ser homologado por agência regulamentadora responsável.	50 und
	Deve acompanhar software de funcionamento, instalação, treinamento e manutenção preventiva e corretiva. Todos os dispositivos constantes neste subconjunto devem ser do mesmo fabricante; Devem possuir autorizações e certificações das agencias e órgão reguladores em âmbito nacional;	



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

Subconjunto 02: Controle Biométrico de Acesso:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTD
01	Microcomputador Deverá contemplar uma estação de monitoramento completa (Gabinete, Processador Core i5/ou superior, placa mãe, placa de vídeo 2GB, HD 2TB, SSD 240GB, 8GB RAM, Fonte bivolt – 500W); Monitor LCD ou LED 21"; Deverá conter teclado e mouse; Deve conter conexão USB 2.0; Deve ser padrão ABNT 2; Deverá ser Plug & play; Deverá acompanhar bateria; Deve ser compatível com o modo standby; O mouse deverá conter click Silencioso; Deverá ser de conectividade 2.4GHz;	01 und
02	Dispositivo de alimentação e armazenamento de energia elétrica Deverá possuir potência 600VA / 300W Topologia Interativo de simples conversão; Deverá possuir tensão nominal de entrada 220 V~ Variação de tensão de entrada 165 - 265 V~ Frequência de rede 60 Hz ±5 Hz Cabo de força Plug tripolar de acordo com a norma NBR 14136 Saída Fator de potência 0,5 Tensão nominal da saída 220v~ Quantidade/capacidade 1 bateria de chumbo ácido, selada 12V 7; Deve ser homologado por agência regulamentadora responsável.	01 und
03	Catraca de acesso: Deverá possuir mecanismo de giro de alta performance; Deve suportar 3 milhões de ciclos; Deve assegurar passagem de 35 ~ 40 pessoas por minuto; Deverá possuir pictograma LED para sinalização liberado/bloqueado. 0,2 segundos para liberar a passagem; Deverá possuir mecanismo silencioso com giro suave; Deve emitir aviso sonoro nas autenticações; Deve possibilitar abertura da tampa superior por chave com segredo; Deve possibilitar saída de contato seco para abertura de emergência; Deve ter mecanismo eletromecânico para liberação do giro; Deve possibilitar comunicação RS 485/ contato seco; Deve contemplar tempo de operação 0,2s; Deve suportar alimentação 100 V – 220 V; Deve suportar tensão de operação 24 V (DC); Deve ser constituída com Material Inox 304; Deve ser bidirecional;	01 und
04	Controladora facial Deverá possuir detecção facial por profundidade da face, que	02 und



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

	<p>impossibilita acesso por foto ou vídeo em meio físico ou digital (sistema anti-fake);</p> <p>Deverá possuir tela LCD de alta resolução sensível ao toque (capacitiva); Deverá possuir sistema de detecção de presença através de movimentação; Deverá contemplar o uso em ambientes internos e externos;</p> <p>Deverá possuir tensão de alimentação 12 Vcc PoE - IEEE 802.3af;</p> <p>Deverá possuir consumo mínimo de 24 W;</p> <p>Deverá conter dimensões mínimas (L x A x P) 85 x 165 x 25 mm;</p> <p>Deve trabalhar em temperatura mínima de operação -30 °C a 60 °C com umidade relativa mínima de operação 0% a 90% RH (sem condensação);</p> <p>Deverá possuir no mínimo grau de proteção IP55 (uso interno e externo);</p> <p>Deverá conter peso bruto mínimo de 0,70 kg;</p> <p>Deverá possuir material do invólucro PC+ABS;</p> <p>Deve ser capaz de instalação em ambiente interno e externo;</p> <p>Deve ser compatível com integração API/CGI2 sistema 2 consultar manual de integração API da linha Bio-T no site do produto;</p> <p>Deverá possuir no mínimo processador principal embarcado com protocolo de internet IPv4, RTP, TCP, UDP, SIP 3, 802.1x (autenticação PEAP e TLS); Deve ter Suporte a leitor com protocolo OSDP Sim Suporte API Sim;</p> <p>Deverá conter Tecnologia IR Inteligente (permite o índice de precisão da verificação do rosto);</p> <p>Deve suportar no mínimo básico 3 Protocolo SIP proprietário, consultar manual;</p> <p>Deverá conter no mínimo Display 4,3" Tipo de tela Tela LCD sensível ao toque (capacitiva) Resolução da tela 272 (H) x 480 (V) (pixels);</p> <p>Deve conter no mínimo câmeras com duas lentes de 2 MP CMOS (RGB+IR); Deve conter compensação de luz autocompensação de LEDs IR WDR DWDR; Deve conter sinalização ao usuário Sonora (voz) e visual.</p>	
05	<p>Suporte externo leitor facial</p> <p>Deverá possuir estrutura em alumínio;</p> <p>Deverá conter ajuste mínimo de posição;</p> <p>Deverá possuir entrada de cabo.</p>	02 und
	<p>Deve acompanhar software de funcionamento, instalação, treinamento e manutenção preventiva e corretiva.</p> <p>Todos os dispositivos (hardware e software) deste subconjunto devem ser do mesmo fabricante. Exceto o item 1.</p>	

8.2.1 Subconjunto 03: Inspeção e Detecção de Metais:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTD
01	<p>Detector de Metais tipo Portal</p> <p>Deve conter Bases plástica para fixação; Deve conter no mínimo 12 zonas de detecção; Deve conter Display LCD de 3,5"; Possuir 20 frequências de operação com busca automática; Possuir 255 níveis de sensibilidade configurados para cada zona; Deve conter tensão de alimentação 12 Vdc; Deve conter dimensões mínimas: Externo: 860 × 2.200 × 480 mm; Deve possuir som do alarme com no mínimo 9 opções; Possuir auto verificação e contagem de acessos; Deve ser composto de tecnologia que não ofereça riscos a pessoas portadoras de marca-passo, grávidas, com implantes de metais ou qualquer outra situação que coloque em risco a saúde dos usuários; Deve ser composto de tecnologia que não ofereça riscos a equipamentos eletromagnéticos ou similares (HDs, Pen-Drive, SSDs, etc);</p> <p>Deve acompanhar software de funcionamento, instalação, treinamento e manutenção preventiva e corretiva.</p>	01 und



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

Subconjunto 04: Monitoramento Móvel Tático:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTD
01	<p>Câmera Corporal</p> <p>Deve possuir sistema operacional e processador Dual-core A7 Câmera; deverá possuir alcance mínimo do IR de 10 metros abertura da lente F1.8; deverá possuir no mínimo ângulo de visão H: 118° V: 65°;</p> <p>Deve conter acionamento do IR automático ou manual;</p> <p>Deverá possuir ajuste mínimo de intensidade sensor de imagem 2 MP CMOS; deve possuir taxa de bits máxima 12 Mbps;</p> <p>Deve possuir FPS Máximo 30 FPS;</p> <p>Deve acompanhar resolução de 480p / 720p / 1080p;</p> <p>Deve acompanhar compressão de vídeo H.264 e H.265 e formato de Vídeo AVI e MP4;</p> <p>Deve possuir foto resolução da imagem 2 M / 16M / 32M / 64M, formato da imagem JPG com disparos contínuos 2 / 3 / 4 / 5 / 10 / 15 / 20 / 25;</p> <p>Deve acompanhar áudio com taxa de amostragem de 16 KHz, formato de áudio WAV compressão de áudio PCM S16 LE;</p> <p>Deve conter gravação Movo Automático e Manual Pré / Pós-gravação 12s / 30s / 60s / 90s / 120s com pacotes de gravação 5 min / 10 min / 15 min / 20 min / 30 min;</p> <p>Deve acompanhar localização GPS, detecção de velocidade e sincronização de hora;</p> <p>Deve oferecer posicionamento de GPS / GLONASS / BDS;</p> <p>Deve conter armazenamento interno de 128GB (Não removível);</p> <p>Deve conter quantidade de ciclos de 1000 Interface Dockstation;</p> <p>Deve acompanhar uma porta de rede Ethernet RJ45</p> <p>Deve conter alimentação da fonte com Entrada USB-C;</p> <p>Deve conter alimentação com consumo máximo de energia 12.4W;</p> <p>Deve conter as seguinte informações da Fonte 5V / 2.4ª;</p> <p>Deve possuir no mínimo as seguinte características físicas dimensão mínima (L x A x P) 80 mm x 50 mm x 20 mm Peso 130g;</p> <p>Deve conter bateria com tempo mínimo de duração > 20 horas;</p> <p>Deve possuir capacidade mínima da bateria de 4000 mAh;</p> <p>Deve conter quantidade mínima de ciclos < 4 horas, temperatura de operação -30°C a 60°C Umidade <93%;</p> <p>Deve acompanhar software de funcionamento, instalação, treinamento e manutenção preventiva e corretiva.</p>	01 und



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

Subconjunto 05: Vídeo Telemetria de Frota Escolar:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTD
01	Software de videomonitoramento Deve ser compatível 3G/4G ou superior; Deve conter licenças para permitir a operação "online" da Solução de videomonitoramento Eletrônico; Deve conter geolocalização - indicação de todo o trajeto/rota via Google Maps e Coordenadas GPS; Deve possuir imagens e áudio; Deve ser capaz de captar a velocidade do veículo; Deve conter indicação do sensor G (x,y,z); Deve Monitorar em quadros, em um único monitor da Central; Deve acompanhar indicação em destaque da localização do veículo on-line ou off- line; Deve conter ID do veículo e do motorista; Deve demonstrar Ano/data/mês; Deve captar foto instantânea de uma imagem; Deve acompanhar gravação em vídeo da ocorrência; Deve ter monitoramento ao vivo de vídeo e eventos no veículo; Deverá fazer resgate e reprodução de gravações; Deve conter linguagem em português;	01 un
02	Unidade de gravação embarcada Deve possuir 4 canais + WI-FI + 4G ou superior; Deve acompanhar software para controle, operação e visualização das imagens de sua frota; Deve suportar 4 canais Multi HD até 1080p; Deve suportar 2 canais IP até 5MP; Deve suportar 2 slots SD Card de até 512 GB (gravação contínua ou redundância); Deve suportar GPS para rastreamento do veículo; Deve suportar conexão com rede 4G/LTE e Wi-Fi; Deve suportar inteligência Artificial embarcada, para reconhecimento facial, fadiga e colisão; Deve permitir instalar em qualquer posição; Deve suportar backup via USB 2.0; Deve possuir certificado da Anatel.	01 un
03	Cartão SD 256GB (específico para DVR veicular) Deve conter classe de velocidade de 10((UHS 1); Deverá gravar sequencialmente 20MB/s; Deve conter Interface SDA 6.0;	02 un



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

04	<p>Câmera veicular tipo 1</p> <p>Deverá possuir sensor: 1 /2,7" CMOS com resolução de no mínimo: 1920(H)×1080(V); Deve conter lente com 2MP: 2,8 mm Ângulo de visão horizontal: 100° Ângulo de visão vertical: 53°; Deverá conter alcance do IR: ±5m com comprimento de onda LED IR: - 850 nm; Deve conter resolução Full HD; Deve conter balanço de branco automático; Deverá possuir case antivibração; Deve acompanhar lente de 2,8 mm; Deverá suportar no mínimo IP67; Deve acompanhar formato de vídeo NTSC; Deve acompanhar relação sinal ruído >65dB; Deve acompanhar sensibilidade 0,02Lux/F2.0, Dia & Noite, Troca automática do filtro (ICR); Deverá possuir troca automática/manual; Deverá possuir função espelho rotação horizontal e vertical com redução digital de Ruído (DNR) 2D; Deverá possuir funções inteligentes de mascaramento e detecção de movimento da Área de Interesse; Deverá conter saída de vídeo AHD; Deve conter alimentação 12V±30% DC; Deve possuir consumo Max 2.3W (12V DC, IR on); Deverá possuir case/material Metal; Deve ser possível de instalação Interno e externo; Deve possuir proteção anti surto;</p>	02 un
05	<p>Câmera veicular tipo 2</p> <p>Deverá possuir sensor: 1 /2,7" CMOS resolução de no mínimo: 1920(H)×1080(V); Deve conter lente com 2MP : 2,8 mm Ângulo de visão horizontal: 86° Ângulo de visão vertical: 53°; Deverá conter alcance do IR: ±25m com comprimento de onda LED IR: - 850 nm; Deve conter resolução Full HD; Deve conter Balanço de branco automático; Deverá possuir case antivibração; Deve acompanhar lente 3,6 mm; Deverá suportar no mínimo IP67; Deve acompanhar Formato do vídeo NTSC; Deve acompanhar relação sinal ruído >65dB; Deverá conter sensibilidade 0,02Lux/F2.0, Dia & Noite e troca automática do filtro (ICR); Deverá possuir troca automática/manual; Deverá possuir função Espelho Rotação horizontal e vertical Redução Digital de Ruído (DNR) 2D; Deverá possuir funções inteligentes de mascaramento e detecção de movimento da Área de Interesse; Deverá conter saída de vídeo AHD;</p>	02



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

	Deve conter Alimentação 12V±30% DC; Deve possuir consumo Max 2.3W (12V DC, IR on); Deverá possuir case/material Metal; Deve ser possível de instalação Interno e externo Deve possuir proteção anti surto;	
05	Painel multi-funções Deverá possuir tela touchscreen de 7 polegadas resistente a vibrações; Deve possuir possibilidade de efetuar o diagnóstico e visualização dos canais do DVR Veicular; Deverá acompanhar alto-falantes embutidos; Deve conter resolução de 800 x 480 com a proporção da tela 16:9; Deverá possuir material 70% PC + 30% ABS (Plástico de engenharia); Deve acompanhar material de silicone nos botões; Deve acompanhar alto-falante 2x (16Ω, 2W); Deve possuir Interface com DVR Veicular; Deverá possuir Interface de áudio Deverá acompanhar Botões de funções reiniciar, teclas de seta, Confirmação Sair; Deverá suportar proteção IP 53; Deve ser na cor preta; Deverá conter tensão de operação 12V com corrente de operação 200mA;	01 un
06	Cabo tipo 1 Cabo Aviation Extensor; Deverá possuir 4 Vias Fêmeas; Deve conter 3 metros; Deverá ser do modelo DVR Veicular; Deve possuir extensão do sinal A/V OUT do MDVR;	02 un
07	Cabo Tipo 2 Cabo Aviation Extensor; Deverá possuir 4 Vias Fêmeas; Deve conter 7 metros; Deverá ser do modelo DVR Veicular; Deve possuir extensão do sinal A/V OUT do MDVR, conexão a tela LCD;	02 un
08	Cabo tipo 3 Cabo Aviation Extensor; Deverá possuir 4 Vias Fêmeas; Deve conter 11 metros; Deverá ser do modelo DVR Veicular; Deve possuir extensão do sinal A/V OUT do MDVR, conexão a tela LCD;	02 un



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

	Deve acompanhar software de funcionamento, instalação, treinamento e manutenção preventiva e corretiva. Todos os dispositivos (hardware e software) deste subconjunto devem ser do mesmo fabricante.	



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

Subconjunto 06: Proteção Perimetral

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTD
01	Dispositivo Central wifi com sirene integrada, sem fio Deverá possuir capacidade para 16 partições com ativações/desativações independentes; Deve possuir receptor/transmissor de sinal sem fio integrado para operar com frequência de 915 à 928 MHz; Deve acompanhar reportagem de eventos por conexão Ethernet/Wi-fi, por linha telefônica com o módulo instalado; Deve conter acesso remoto da central de alarme via aplicações e serviços; Deverá possuir capacidade de visualização e programação dos parâmetros por até 16 teclados; Homologada pela Anatel.	01 und
02	Dispositivo Teclado sem fio Deverá possuir acionamento 20 teclas independentes; Deverá possuir frequência de operação Sinal RF de 915 a 928 MHz; Deve conter modulação DSSS BPSK 40 kbps; Deverá possuir potência máxima transmissão 11 dBm; Deve possuir alcance de transmissão de até 1000 metros mínimos sem barreira; Deverá possuir alimentação (DC) com 4 pilhas tipo CR 2450 de 3,0 volts; Deve possuir temperatura de operação -10 a 50 °C @ 90% de umidade; Deve possuir compatibilidade com a Central de alarme; Homologação Anatel;	01 und
03	Dispositivo Controle remoto Deve possuir acionamento 3 teclas independentes; Deverá possuir sinal RF de 915 a 928 Mhz; Deve acompanhar modulação BPSK 40 kbps; Deve possuir alcance mínimo de transmissão 400 metros sem barreira; Deve acompanhar Anti-jamming; Deverá conter até 11 dBm de potência; Homologação Anatel;	02 und
04	Dispositivo Sensor magnético de abertura sem fio Deverá ser aplicado em ambiente interno com Detecção Reed Switch; Deve possuir distância mínima de abertura (GAP) 20 mm; Deverá possuir faixa de frequência de comunicação 915 a 928 MHz; Deve acompanhar modulação DSSS BPSK 40 kbps com potência máxima de transmissão 11 dBm; Deve possuir até 4 canais de alcance de comunicação com 1000	06 und



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

	<p>metros (sem barreiras); Deve ser sensor supervisionado; Deve possuir comunicação criptografada (mais segurança); Deve conter chave antivolação (tamper); Deverá possuir controle do LED de disparo (ligado ou desligado); Deve possuir alimentação DC 3 Vdc Bateria lítio Modelo CR2450 com consumo em operação 3 uA; Homologado pela Anatel;</p>	
05	<p>Dispositivo sensor de movimento infravermelho passivo sem fio – para área interna</p> <p>Deverá ser aplicado em ambiente interno com campo de detecção do PIR 90°; Deve conter alcance mínimo de detecção do PIR de até 12 metros com faixa de frequência de comunicação 915 a 928 MHz; Deverá possuir potência máxima de transmissão 11 dBm; Deve possuir modulação DSSS BPSK 40 kbps; Deverá possuir 4 canais de comunicação com 1000 metros (sem barreiras); Deve ser sensor supervisionado; Deve possuir imunidade a animais domésticos com até 20 kg; Deverá possuir comunicação criptografada (mais segurança), comunicação com criptografia AES 128 BIT; Deve conter chave antivolação (tamper) frontal e traseira; Deve conter seleção de modo de funcionamento Econômico, contínuo ou ultra econômico (a partir da versão 3.0.0); Deve possuir ajuste facilitado por aplicativo; Deverá acompanhar ajuste de nível de sensibilidade; Deverá possuir controle do LED de disparo (ligado ou desligado); Deverá acompanhar botão de cadastro (facilidade de instalação); Deve conter verificação de status de comunicação, através de LEDs; Homologação Anatel;</p>	06 und
06	<p>Dispositivo Sirene de alarme sem fio</p> <p>Deverá conter proteção contra violação; Deve acompanhar Chave Tamper Anti-jamming Contra sinais invasivos; Deve possuir potência audível gerada 100 Decibéis a 1 metro Frequência de operação Sinal RF de 915 a 928 MHz; Deve possuir Modulação DSSS BPSK 40 kbps; Deverá possuir potência máxima 11 dBm com alcance de transmissão 1000 metros; Deverá possuir alimentação por 1 bateria tipo ER34615M de 3,6 volts; Deve possuir temperatura de operação -10 a 50 °C @ 90% de umidade; Deverá possuir compatibilidade Central de alarme; Homologação Anatel;</p>	01 und



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

07	<p>Dispositivo Sensor de movimento infravermelho passivo sem fio – para área externa</p> <p>Deverá ser aplicado em ambiente de externo; Deve possuir alcance mínimo de detecção 12 metros; Deve possuir ângulo de detecção 110°; Deverá acompanhar método de detecção Duplo PIR; Deve conter imunidade a animais de até 30 kg; Deve acompanhar status de comunicação: Sinalização por LED Verde (Excelente), Laranja (Regular) e Vermelho (Sem comunicação); Deverá possuir níveis de sensibilidade; Deverá possuir alcance de transmissão de até 1000 metros sem obstáculos; Deve possuir modulação DSSS BPSK-40-kbps; Deverá possuir chave antiviolação (tamper) Frontal; Deve conter tempo de inicialização 60 segundos; Deverá ser sensor supervisionado; Deve acompanhar comunicação com criptografia AES 128 BIT; Deverá possuir tensão operacional 3 Vdc; Deve conter corrente de consumo 28 mA; Deve possuir frequência de transmissão 915 a 928 MHz;</p>	02 und
08	<p>Dispositivo Sensor de movimento infravermelho passivo com câmera integrada sem fio – para área interna</p> <p>Deverá possuir câmera com visão noturna; Deve possuir ângulo de detecção PIR de 90°; Deve possuir ângulo de captura da câmera de 110°; Deverá ser possuir onfiguração por aplicativo próprio; Deve possuir imunidade a animais domésticos de até 20 kg; Deverá possuir alcance de detecção de até 12m; Deve possuir comunicação bidirecional sem fio supervisionada e criptografada; Deverá possuir chave tamper anti violação frontal e traseira; Deve acompanhar LED para verificação do status de comunicação; Deverá possuir bateria de longa duração; Deve conter alcance de transmissão de 1000 metros sem obstáculos; Deverá possuir alimentação DC 3 Vdc Bateria lítio Modelo CR123A Fonte de alimentação; Deve conter 7 Vdc Consumo em operação 8 uA; Deverá ser aplicado em ambiente Interno contendo câmera com visão noturna; Deverá possuir ângulo de captura da câmera 110° com formato da imagem QVGA e alcance de detecção do PIR Até 12 metros; Deve possuir campo de detecção do PIR 90°; Deverá possuir faixa de frequência de comunicação 915 a 928 MHz; Deverá possuir modulação DSSS BPSK 40 kbps com potência máxima de transmissão 11 dBm; Deve possuir 4 canais de comunicação com alcance de até 1000 metros (sem barreiras); Deverá ser sensor supervisionado; Deverá possuir comunicação criptografada;</p>	02 und



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

	<p>Deve possuir seleção de modo de funcionamento Econômico ou contínuo; Deverá possuir ajuste de nível de sensibilidade 4 níveis Controle do LED de disparo (ligado ou desligado); Deve possuir botão de cadastro; Deve conter chave tátil (push button); Deve possuir verificação de status de comunicação Através de LED; Deverá possuir compatibilidade Central; Deve ser homologação Anatel.</p>	
09	<p>Dispositivo Sensor de barreira infravermelho ativo sem fio – área externa</p> <p>Deverá ser aplicado em ambiente Internos, semi abertos e externos; Deverá possuir faixa de frequência 915 Mhz a 928 Mhz; Deve possuir Modulação DSSS BPSK 40kbps; Deverá possuir alcance de RF 1000 metros sem barreira; Deve possuir alcance de proteção externo 40 metros; Deve possuir alcance de proteção interno 60 metros; Deverá acompanhar método de detecção ao bloquear 2 feixes simultaneamente; Deve possuir 2 feixes; Deve ser possível o alinhamento horizontal 360° e alinhamento vertical 180°; Deverá possuir indicação de alinhamento/disparo, LED verde (alinhamento), LED laranja (nível sinal não recomendado) LED vermelho (disparo); Deve possuir chave antiviolação (tamper); Deverá possuir 1 canal de frequência; Deve possuir empilhamento máximo; Deverá mostrar tempo de resposta de detecção 50ms a 700ms, ajustável por chave; Deverá acompanhar Bateria TX LITHIUM ER34615M 3,6V para TX Bateria RX LITHIUM ER 26500H 3,6V para RX Deve considerar a corrente de consumo TX TX: 550uA; Deve considerar a corrente de consumo RX RX:240uA; Deve ser homologação Anatel.</p>	08 und
10	<p>Dispositivo Ampliador para central de alarme</p> <p>Deve possuir frequência de operação Sinal RF de 915 a 928 MHz; Deve possuir modulação: DSSS BPSK 40 kbps; Deverá possuir potência máxima trans.: 18 dBm; Deve possuir alcance de transmissão¹: 600 m com visada direta em campo aberto²; Deverá possuir alimentação DC: 1 bateria recarregável de 3,7 Vdc/3.000 mAh; Deve possuir fonte de alimentação AC: Entrada: 100/240 Vac ~ 50-60 Hz Saída: 7 Vdc – 500 mA; Deverá possuir temperatura de operação: -10 a 50° C @ 90% de umidade; Homologado pela Anatel;</p>	02 und



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

	Deve acompanhar software de funcionamento, instalação, treinamento e manutenção preventiva e corretiva. Todos os dispositivos (hardware e software) deste subconjunto devem ser do mesmo fabricante.	

Subconjunto 07: Automatização de ambientes

ITEM	ESPECIFICAÇÕES – SUBCONJUNTO 07	QTD
01	Kit para fechadura-eletrôímã: Dispositivo fechadura-eletrôímã: Deverá possuir tração de 150 kgf; Deverá conter abertura para dentro/para fora do ambiente; Deve ser de sobrepor; Deverá ter tensão 12 a 16 Vdc; Deve conter corrente de operação 400 mA e potência 4,8 W; Deverá conter dimensões mínimas (L x A x P) 145 x 47 x 28 mm; Deverá possuir temperatura de operação 0 °C ~ 60 °C; Deverá ser compatível com controladores de acesso, devendo se adaptar a todos os tipos de porta (madeira, alumínio, aço e vidro), suporte para porta de vidro ou fita dupla face; Dispositivo bateria de chumbo-ácido regulada por válvula selada VRLA recarregável: Deverá possuir 6 células com tensão total da bateria 12 V Capacidade 4,5 Ah em 20 h até 1,75 V (tensão final) por célula a 25 °C; Deverá conter corrente máxima de descarga 45 A (5 segundos); Deve possuir resistência interna de aproximadamente 45 mΩ; Deve possuir faixa de temperatura de operação Descarga: -20 °C ~ 60 °C Carga: 0 °C ~ 50 °C Armazenamento: -20 °C ~ 60 °C; Deve possuir temperatura normal de operação 25 °C ± 5 °C; Deverá conter tensão de recarga em flutuação 13,7 a 13,9 Vcc Corrente máxima de recarga recomendada 1,8 A; Deve possuir serviço cíclico e equalização 14,6 a 14,8 Vcc; Deverá possuir descarga por armazenamento; Deverá armazenar por mais de 6 meses a uma temperatura de 25 °C; Deve possuir taxa de autodescarga é menor que 3% ao mês a 25 °C; Deve-se carregar a bateria antes do uso.	02 und



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

	<p>Deve conter terminal Faston macho F1 – 4,75 mm; Dispositivo Acionador para abertura de portas: Deve conter tipo de contato COM – NO; Deve possuir tensão máxima dos contatos 36 Vdc; Deve possuir corrente máxima dos contatos 3 A; Deve possuir dimensões mínimas (L x A x P) 30 x 65 x 20 mm; Deverá possuir temperatura de operação -5 ~ 55 °C Umidade de operação 0-; Deverá possuir 95% Vida útil mínima 500 mil acionamentos; Deve possuir acabamento em inox; Dispositivo Controle Remoto: Deve possuir tensão de alimentação 3V; Deve ser tipo de bateria CR2032; Deve possuir acionamento com 3 botões; Deve possuir alcance do RF 100m sem barreira; Deverá possuir frequência 433,92 Mhz; Deve possuir Modulação OOK; Dispositivo Fonte de alimentação ininterrupta: Deverá ser compatível com produtos que operam com 12 V; Deve conter Especificações técnicas; Deverá ser composta por uma placa carregadora; Deve conter carregador com temporizador integrado para acionamento de fechaduras eletromagnéticas, para controle de acesso, gabinete plástico; Deverá possuir saída com temporização ajustável entre 1, 5, 15, 30 e 60 segundos; Deve conter sistema inteligente para utilização da bateria em modo de segurança ou modo econômico; Deverá conter corrente de 2 A e tensão de 14,4 V¹; Deve ser compatível com bateria de 7Ah até 9Ah; Deverá possuir LEDs de sinalização de carregamento, baixa tensão, ausência de bateria ou bateria danificada, status de alimentação de saída e indicação de rede elétrica; Dispositivo Receptor Universal: Deverá possuir interface de comunicação Wiegand 34 bits; Deve possuir distância máxima de cabeamento wiegand 50 metros; Deverá possuir frequência de trabalho/Modulação 433,92 MHz/OOK ou FSK; Deverá possuir Decoder Smart Code de 24 bits; Deverá possuir Alcance FSK ou OOK até 100m sem barreira; Deve conter alimentação 12 a 16 Vdc; Deve possuir consumo de corrente Stand by: 40 mA 1 canal em operação: 80 mA 2 canais em operação: 120 mA;</p>	
02	<p>Dispositivo fechadura eletrônica inteligente</p> <p>Deve possuir capacidade mínima de 100 senhas; Deve possuir gerenciamento remoto de acessos em tempo real; Deverá ser fechadura de sobrepor para portas de até no mínimo 25mm a 50mm de espessura; Deverá acompanhar alimentação por 4 pilhas AA; Deve possuir travamento automático;</p>	02 un



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

	Deverá possuir tensão de alimentação 6Vdc, contingência Bateria 9 Vdc; Deverá possuir temperatura de operação 0 a 55°C; Deverá acompanhar tipo de autenticação Senha ou aplicativo;	
03	Dispositivo sensor de fumaça Deverá identificar princípios de fumaça; Deve possuir dimensões mínimas de 89 x 38 mm; Deve acompanhar 1 bateria de 9V alcalina; Deve conter peso aproximado de até 180g; Deverá emitir um alarme sonoro caso detecte presença de fumaça;	02 un
04	Dispositivo sensor de presença Deve ser instalado em ambiente interno; Deverá possuir ajuste de sensibilidade de detecção; Deve conter ajuste de tempo; Deverá ter ângulo de detecção de 360°; Deve acionar a lâmpada automaticamente ao detectar movimento de pessoas;	02 un
	Deve acompanhar software de funcionamento, instalação, treinamento e manutenção preventiva e corretiva. Todos os dispositivos (hardware e software) deste subconjunto devem ser do mesmo fabricante.	

Subconjunto 08: Centro Operacional Integrado

ITEM	ESPECIFICAÇÕES – SUBCONJUNTO 08	QTD
01	Microcomputador Deverá contemplar uma estação de monitoramento completa (Gabinete, Processador Core i5/ou superior, placa mãe, placa de vídeo 2GB, HD 2TB, SSD 240GB, 8GB RAM, Fonte bivolt – 500W); Monitor LCD ou LED 21"; Deverá conter teclado e mouse; Deve conter conexão USB 2.0; Deve ser padrão ABNT 2; Deverá ser Plug & play; Deverá acompanhar bateria; Deve ser compatível com o modo standby; O mouse deverá conter click Silencioso; Deverá ser de conectividade 2.4GHz;	01 un
02	Televisor de 55" Smart TV Deve permitir a visualização das imagens ao vivo geradas pelas câmeras, as imagens gravadas pelo sistema de VMS e as interfaces de programação e configuração do sistema de VMS; Deverá possuir especificações mínimas: 55 polegadas, Smart TV, Resolução mínima de 2160 linhas conterem 3840 pixels de	02 un



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

	8.294.400 pixels;	
03	<p>Dispositivo de conexão</p> <p>Deve contemplar padrões IEEE802.3 (10BASE-T), IEEE802.3u (100BASE-TX) IEEE802.3x (Flow Control), IEEE 802.3 ab, IEEE802.3z, IEEE802.3af (PoE), IEEE802.3at (PoE+), Hi-PoE; Deve possuir detecção de falhas e travamento na porta; Deve possuir Backplane 7.2 Gbps; Deve conter encaminhamento de Pacotes, 5.36 Mpps. Deve possuir MAC de 8K; Deve conter taxa de latência, 2,8 µs; Deve ter 16 Portas 10/100Mbps (RJ45); Deve possuir 02 Portas Mini GBIC (SFP); Deve possuir 02 Portas Uplink (10/100/1000 Mbps); Deve conter portas PoE 16 (portas RJ45); Deve possuir potência total 135 W (somatório de todas as portas RJ45); Deve dispor de potência máxima por portas 30W (desde que não ultrapasse a potência total do switch); Deve ser homologado pela Anatel;</p>	01 un
05	<p>Patch painel</p> <p>Deverá possuir 24 portas - Categoria 5e U/UTP; Deve conter estrutura 100% em Aço Carbono; Deverá possuir acabamentos em plásticos retardante de chamas UL 94V-0; Deve conter condutores de 26 até 22AWG; Deverá possuir guia traseiro com fixação automática do cabo sem necessidade de abraçadeira; Deve ser Standard T568A e T568B; Deverá possuir suporte aos protocolos IEEE 802.3, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, EIA/TIA-854, ANSI EIA/TIA862, ATM, vídeo, sistemas de automação; Deve ser compatível com plugs RJ45 e RJ11; Deve conter no mínimo largura de 19 em 1U de altura; Deverá ser fornecido com kit de fixação; Deve ser compatível com ferramentas Punch Down 110 IDC; Deve conter identificação das portas com números (1 até 24 portas); Deve possuir estrutura 100% em aço com pintura anticorrosiva; Deve possuir etiqueta de identificação por porta com acrílico de proteção; Deve possuir informações de montagem na caixa do produto facilitando a consulta. Deve ser compatível com Rohs Compliant;</p>	01 un



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

06	Organizador de cabos Deverá ser confeccionado em chapa de aço SAE 1010/1020; Deverá no mínimo conter espessura de 0,70mm; Deverá possuir padrão de instalação horizontal mínima de 19". 9" x 1U de altura x 40mm de profundidade. (1U = 4cm de Altura X 19"= 40cm de Largura);	01 un
07	Frente falsa 1U Deverá possuir no mínimo Largura: 465 mm (Padrão 19); Deve possuir no mínimo Espessura: 7 mm; Deve possuir no mínimo 1U de altura = 4 cm;	01 un
08	Bandeja fixação frontal Deverá possuir no mínimo 1U - PADRÃO 19; Deve atender no mínimo as seguintes características 245 MM ou 270 MM de Profundidade; Deve suportar até no mínimo 10 KG de Carga;	01 un
09	Patch Cord Deverá ser Patch Cord Cat 5E Utp 1m	02 un
10	Nobreak 3.0kVA Deverá possuir Potência 3.0 VA / 2700 W; Deverá ser monovolt 120 V~ ou 220 V~; Frequência 50 / 60 Hz; Deverá ser de onda senoidal; Deverá ter bypass;	01 un
11	RACK 24U de 19" Deverá ser totalmente Desmontável; Deve atender especificações ANSI/EIA RS-310-D, IEC 297-2, DIN 41494 partes 1 e 7; Deverá possuir grau de proteção IP20; Deve possuir estrutura em aço com até no mínimo 1,40mm; Deverá fornecer terminais de aterramento; Deverá conter porta frontal reversível em vidro temperado, com ângulo de abertura de até 220 e fechadura tipo cilindro; Deverá possuir porta traseira reversível em aço, com ângulo de abertura de até 220 e fechadura tipo cilindro; Deverá possuir laterais em aço, com fecho rápido; Deve possuir planos (frontal e traseiro) com numeração de U; Deverá possuir Entrada e saída de cabos pelo teto ou pela base; Deverá possuir teto com preparação para instalação de ventiladores;	01 un
12	Routerboard Deverá possuir 10 Portas de 10/100/1000; Deve conter monitor de voltagem; Deverá conter PoE in passiva;	01 un



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

	Deve conter PoE out (porta 10); Deverá conter dimensões mínimas (L x A x P) 440 x 85 x 38mm; Deve conter uma Porta SFP;	
13	Access Point Deverá ser dual Band 2.4Ghz e 5Ghz; Deve possuir taxa de transmissão nominal de 2976 Mbps; Deverá conter interface WAN/LAN 1x 10/100/1000 BASE-T, RJ45, com suporte POE; Deve possuir padrões IEEE 802.11 b/g/n/a/ac/ax; Deve conter dimensões mínimas (L x A x P) 175 x 28 x 175mm; Deve ser omnidirecional interna; Deve possuir 5dBi (2.4Ghz) e 5dBi (5Ghz); Deve conter alimentação POE 48 V passivo ou IEE 802.3at; Deve possuir BSSID 8 em 2.4Ghz + 8 em 5 Ghz; Deverá possuir consumo máximo 14 W;	01 un
14	Servidor Deverá possuir as seguintes configurações mínimas: 02 Processadores Intel Xeon X5670 Six Core 2,93 Ghz; 128gb DDR4; 01 HD SAS de 8TB; 01 Controladora Dell Perc (Raid 0, 1, 5); 01 Backplane para 06 Discos 3,5 Hot Swap; 04 Rede Ethernet Gigabit Rj45: 10/100/1000; 02 Fontes redundantes 700w; 01 Controladora Raid;	01 un
15	Cabo HDMI Deve fornecer a comunicação entre os monitores, TVs e a placa de vídeo do microcomputador; Deverá conter as seguintes especificações mínimas: 4k, 5m, de alta Resolução;	02 un
16	Software de gestão e integração Geral Deve ser capaz de integrar todos os subconjuntos; Deve permitir a identificação de pessoas automaticamente por meio de câmeras com IA; Deve permitir criação de listas de permissão (autorizados) e restrição (suspeitos); Deve possuir gatilhos de alerta quando uma face conhecida ou restrita é detectada; Deve permite controle de entrada/saída automatizado; visualização de câmeras ao vivo e reprodução de gravações. Deve possuir Suporte a CFTV IP, DVRs e NVRs. Deve permitir a integração com mapas e localização geográfica das câmeras. Deve fazer a integração com dispositivos de segurança;	



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

	<p>Deve permitir a integra equipamentos como controle de acesso, alarmes e sensores;</p> <p>Deve possibilitar a automação de ações como acionar sirenes ou trancar portas ao detectar ameaça;</p> <p>Deve ser compatível com múltiplos dispositivos apontados nos subconjuntos;</p> <p>Deve identificar comportamentos suspeitos como invasão, movimentação fora do horário, objetos abandonados;</p> <p>Deve permitir a geração de alertas automáticos com base em padrões configuráveis;</p> <p>Deve permitir o registro e notificação de ocorrências em tempo real;</p> <p>Deve permitir a gerencia quem entra e sai de áreas protegidas;</p> <p>Deve possibilitar a integração com reconhecimento facial ou cartões RFID;</p> <p>Deve possibilitar a gestão de relatórios de acesso e históricos de movimentação;</p> <p>Deve permitir o registro detalhado de todos os eventos;</p> <p>Deve permitir a configurar usuários com diferentes níveis de acesso;</p> <p>Deve suportar hot stanby no server mestre;</p> <p>Deve suportar implantação distribuída;</p> <p>Deve suportar implantação de LAN e WAN;</p> <p>Deve possuir arquitetura Cliente-Servidor;</p> <p>Deve ser compatível com os sistemas operacionais Windows 10 Pro 64bit / Windows 10 Enterprise 64bit / Windows server 10 / Windows server 2012 / Windows server 2016 / Windows server 2019;</p> <p>Deve ser compatível com as versões de navegadores Internet Explorer: 9 ou superior Chrome: 52 ou superior Firefox: 51 ou superior;</p> <p>Deve permitir o gerenciamento de dispositivos, quando na inicialização, adição e auto busca, IP, domínios, segmento IP;</p> <p>Deve permitir a adição de dispositivos de terceiros (Onvif);</p> <p>Deve suportar o armazenamento na borda e armazenamento centralizado;</p> <p>Deve permitir a configuração de pontos de acesso (câmera, entrada de alarme) e submapas no mapa, a interação com o Google maps online, Google maps off-line, mapa de bits, mapas com até 8 níveis de submapas;</p> <p>Deve gerenciar bibliotecas de faces, com a adição de faces uma por uma ou em lotes, a configuração do tipo de pessoa e a implantação dos bancos de faces do VMS para os dispositivos e configurar o limiar de similaridade;</p> <p>Deve permitir o backup automático da base de dados do sistema (diariamente, semanalmente, mensalmente);</p> <p>Deve permitir o backup manual da base de dados do sistema;</p> <p>Deve permitir a restauração da base de dados do sistema a partir de um servidor ou arquivo local;</p> <p>Deve permitir a configuração da duração do armazenamento de log, alarme, mapas de calor, reconhecimento facial e contagem de pessoas;</p> <p>Deve permitir a sincronização de tempo: sincronização cronometrada e sincronização de dispositivos conectados;</p> <p>Deve permitir a configuração de servidor de e-mail;</p>	
--	---	--



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

	<p>Deve permitir a configuração de AD (Active directory);</p> <p>Deve suportar importação de certificado HTTPS;</p> <p>Deve permitir a exclusão de servidores escravos;</p> <p>Deve permitir a Habilitação e desabilitação de servidores escravos;</p> <p>Deve permitir a atribuição manualmente ou automaticamente dos dispositivos à diferentes servidores para balanço de carga;</p> <p>Deve permitir mostrar árvore de dispositivos, mostrar/ocultar dispositivos off-line;</p> <p>Deve permitir mostrar endereço de IP do dispositivo ou nome do dispositivo na árvore de dispositivos;</p> <p>Deve permitir a visualização em tempo real; Layout comum (1, 4, 6, 8, 9, 13, 16, 20, 25, 36, 64) e layout customizado; protocolo de PTZ; foco elétrico; Gravação manual (armazenamento no PC ou central de armazenamento); Foto instantânea; Reprodução instantânea; Zoom digital; Planificação da fisheye; smart tracking entre fisheye e speed dome; smart tracking para câmera panorâmica; Smart tracking entre fisheye e câmera fixa; Intercomunicação de áudio; configurar tela de alarme; Ligar/desligar áudio em visualização ao vivo; mostrar ocultar regras de IVS na visualização ao vivo; Região de interesse: dividir uma tela em 4 ou 6 partes, uma para toda imagem, as outras para os detalhes; Mostrar mapa na visualização ao vivo; Salvar a visualização ao vivo corrente; Até 4 abas de visualização ao vivo; Troca rápida para reprodução; Suporta mesa controladora para a visualização ao vivo; Ajuste de parâmetros de vídeo; Ajuste do modo de visualização (full screen ou normal); Posicionamento rápido de vídeo ao vivo no mapa; Configuração básica de dispositivo: propriedades da câmera, vídeo e áudio;</p> <p>Deve reconhecer, gerir e integrar os subconjuntos;</p>	
	<p>Deve acompanhar software de funcionamento, instalação, treinamento e manutenção preventiva e corretiva;</p>	



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A qualificação técnica dos proponentes deverá ser comprovada através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do eminente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerente ou servidor responsável, com expressa indicação do seu nome completo e cargo/ função. Comprovando a execução de Programas de porte semelhantes, com integração de câmeras, softwares de gerenciamento/analíticos de vídeo, gravações e conectividade em fibra óptica, com a base operacional do videomonitoramento.

Comprovação de execução comprovada por meio de atestados, de pelo menos 20% (vinte por cento) da quantidade total dos itens constantes em cada um dos subconjuntos descritos neste TR;

Apresentar comprovação de possuir no quadro de responsável(eis) técnico(s) da proponente:

- 01 (um) profissional de nível superior em TI, ou áreas afins (Anexar Certificado);
- 01 (um) profissional de nível superior com formação em Engenharia civil com especialização em segurança do trabalho (Anexar Certificados e contrato);
- 01 (um) profissional de nível superior com formação em Engenharia Elétrica com certificação em inteligência artificial (Anexar Certificados, Contrato e ART Cargo-função/CREA);
- 01 (um) especialista na área da Segurança Pública com Especialização na área de gestão em segurança pública (anexar certificados);
- 01 (um) eletricitista profissional vinculado a empresa (anexar cópia da Carteira de trabalho);
- 01 (um) técnico Telecom vinculado a empresa (anexar cópia da Carteira de trabalho);
- 01 (um) técnico Operador de Videomonitoramento vinculado a empresa (anexar cópia da Carteira de trabalho);

A empresa deve apresentar Certificados dos Cursos das NRs 6, 10, 12, 21, 26 e 35, pertencentes a seus funcionários, conforme demonstra o relatório de Lotes de Eventos do E-social a ser anexado a documentação juntamente com os Programas LTCAT, PGR e PCMSO atualizados;

A empresa licitante deverá comprovar o registro de ART (Obra/Serviço) compatível com o objeto deste TR no CREA local e Certidão de quitação;

A empresa licitante deverá comprovar por meio de atestados que já executou projetos de redes e lançamento de fibras em projetos de videomonitoramento.

A empresa licitante deverá comprovar que é autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional. Bem como apresentar Certidão Negativa De Débitos De Receitas Administradas pela Anatel.

Deverá apresentar juntamente com os documentos probatórios de habilitação um projeto básico para cada escola ou prédio listado neste TR pertencente a Secretaria Municipal de Educação: o projeto deve conter a descrição detalhada de disposição e



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

conexão dos equipamentos apontados nos subconjuntos e como funcionará a solução apresentada. Deve destacar o projeto de rede (cabeamento) e infraestrutura básica inicial em cada subconjunto. O projeto tem o objetivo de demonstrar a capacidade operacional da empresa.

Deverá apresentar junto aos documentos de habilitação uma planilha descritiva constando de forma organizada, todos os itens dos subconjuntos; cada item deve ser acompanhado de um *link* que possa direcionar ao *site* da fabricante do (hardware ou software) sua respectiva ficha técnica. Na ficha técnica deve constar a foto do item e suas especificações em língua portuguesa. As especificações devem atender ao disposto neste termo de referência;

Apresentar junto aos documentos de habilitação, declaração de que conhece as instalações da Secretaria Municipal de Educação, especificadas nestas instruções (Escolas e prédios listados) e que tem ciência de todas as condições técnicas e complexidade dos serviços, não sendo admitido, em hipótese alguma, alegação de desconhecimento total ou parcial dos serviços após a licitação.

DO PAGAMENTO

A empresa proponente deverá apresentar o valor mensal e anual, referente ao objeto deste Termo de Referência. Cujo pagamento deverá ser efetuado mensalmente, até o 10º dia útil do mês subsequente, mediante a emissão e entrega da Nota Fiscal, com aceitação e atesto do responsável pelo recebimento dos serviços.

A Contratante poderá optar por duas formas de pagamento:

50% do valor total do objeto – após instalação do Centro Operacional Integrado e 50% do valor total divididos em 12 parcelas/mensais iguais;

100% do valor total do objeto divididos em 12 parcelas/mensais iguais;

REAJUSTE DOS PREÇOS

A PROPONENTE fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

A partir do segundo ano de vigência do contrato admite-se alteração dos valores tendo como base no índice a ser estabelecido no contrato.

É vedado qualquer reajustamento de preços com intervalo inferior a 12 (doze) meses.

Porto Real do Colégio/AL, 14 de NOVEMBRO de 2026.

ROSANA DOS SANTOS BORGES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

ANEXO I

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

O MUNICÍPIO DE PORTO REAL DO COLÉGIO, ESTADO DE ALAGOAS, através do **Fundo Municipal Educação – FME**, inscrito no CNPJ sob o nº 31.207.342/0001-00, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no EDITAL DE LICITAÇÃO XX/2026, sujeitando-se as partes às normas constantes no art. [nº 82 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462/2023 de 31 de março de 2023](#), e em conformidade com as disposições a seguir:

1-DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a contratação de Pessoa Jurídica para implantação do Programa Escola Segura, por meio da locação de um conjunto de soluções integradas, composto por subconjuntos de Captação e Gestão de Imagens, Controle Biométrico de Acesso, Inspeção e Detecção de Metais, Monitoramento Móvel Tático, Vídeo Telemetria de Frota, Proteção Perimetral, Automatização de Ambientes e Centro Operacional Integrado, incluindo todo o material necessário à instalação e ao seu funcionamento, com o objetivo de atender às necessidades de segurança institucional do Sistema Educacional do Município de Porto Real do Colégio/AL, especificado no Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2-DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	V UNIT	V TOTAL

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3-ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação.

4-DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

- 4.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.3.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.4.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.5.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.6.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
- 4.7.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.8.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.10.** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.11.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5-VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA(art. 84)

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme [art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do [edital ou do aviso de contratação direta](#), poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6-ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7-NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.5. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8-REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, (art. 30 do Decreto 11.462 de 2023).

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no [art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023](#).

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9-CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

- 9.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no [artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023](#); ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos [26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023](#).

10- DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas [no edital ou no aviso de contratação direta](#).

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço ([art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023](#)), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade ([art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023](#)).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11- CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

11.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Porto Real do Colégio/AL, XX de XXX de 2026.

XXXXXXXXXXXX

Prefeito
Órgão gerenciador

Partícipes:

FORNECEDOR 01

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

FORNECEDOR 02

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO XX/2026

QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, O MUNICÍPIO DE PORTO REAL DO COLÉGIO/AL, ATRAVÉS DA SECRETARIA XXXXXXXXX E A EMPRESA _____.

Pelo presente instrumento de Contrato de Fornecimento de um lado o **MUNICÍPIO DE PORTO REAL DO COLÉGIO/AL**, através de sua Secretaria Municipal XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o _____, com _____, neste ato representado por _____, Secretário(a) Municipal de _____, CPF nº _____, RG nº _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa, do outro lado, a _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, brasileiro, portador da carteira de identidade nº _____ SSP/_____, CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. xx/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Pessoa Jurídica para implantação do **PROGRAMA ESCOLA SEGURA**, por meio da locação de um conjunto de soluções integradas, composto por subconjuntos de Captação e Gestão de Imagens, Controle Biométrico de Acesso, Inspeção e Detecção de Metais, Monitoramento Móvel Tático, Vídeo Telemetria de Frota, Proteção Perimetral, Automatização de Ambientes e Centro Operacional Integrado, incluindo todo o material necessário à instalação e ao seu funcionamento, com o objetivo de atender às necessidades de segurança institucional do Sistema Educacional do Município de PORTO REAL DO COLÉGIO/AL, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

1.3.3. A Proposta do contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de **R\$XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXX)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por meio de crédito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante apresentação das notas fiscais/faturas do fornecimento. As referidas notas fiscais deverão ser apresentadas no protocolo da Secretaria Municipal de Educação, acompanhadas da seguinte documentação hábil à quitação: Nota fiscal; Ordem de fornecimento, com o respectivo termo de recebimento, atestada pelo setor da Secretaria demandante responsável pelo recebimento do objeto; Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Receita Federal do Brasil (RFB)/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), FGTS e Trabalhista.

6.2. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedor enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.3. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no caput deste item, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.4. Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram do Termo Contratual, inclusive custos com pessoal, encargos sociais,



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (indicar de preço ao consumidor amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9. A Administração terá o prazo de 10 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 dias.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

8.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

9.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.17. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.19. Na contratação a empresa deve apresentar Certificados dos Cursos das NRs 6, 10, 12, 21, 26 e 35, pertencentes a seus funcionários, conforme demonstra o relatório de Lotes de Eventos do E-social a ser anexado a documentação juntamente com os Programas LTCAT, PGR e PCMSO atualizados.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a)** d
er causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** d
er causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** d
er causa à inexecução total do contrato;
- d)** e
nsejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; a
- f)** ratificar ato fraudulento na execução do contrato; p
- g)** omportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; c
- h)** ratificar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#). p
- 11.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 11.2.2. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.2.4. Multa:**
- I**-10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido processo de licitação;
- II** - 20% (vinte por cento) do valor global do empenho e/ou contrato, pela inexecução total do ajuste, e em caso de rescisão contratual por inadimplência do contratado;
- III** - 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato, na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade não abrangida pelos incisos anteriores.
- 11.3.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeita o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, que será graduada, obedecida os seguintes limites máximos:
- I** - 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;
- II** - 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por cada dia subsequente ao trigésimo.
- § 1º** - Nas hipóteses dos incisos I e II do "caput" deste artigo, o atraso deve ser contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo ajustado para a execução ou entrega do objeto, até o dia anterior a sua efetivação.
- § 2º** - A Multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas neste Decreto.
- § 3º** - A Multa, aplicada após regular processo administrativo, deve ser descontada da garantia do contratado faltoso.
- § 4º** - Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado deve responder pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.
- 11.4.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

11.4.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.3.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.3.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS

1501 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

15.1501.12.361.0007.5003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO – QSE

3390.39.00.00.00.0000 - 1550.00.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

PESSOA JURÍDICA

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS

1501 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

15.1501.12.361.0007.5003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO – QSE

3390.30.00.00.00.0000 - 1550.00.000 - MATERIAL DE CONSUMO

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124](#) e seguintes da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. [\(art. 125 da Lei 14.133/2021\)](#).

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês [\(art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1 Para qualquer ação decorrente deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de Porto Real do Colégio/AL, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, a fim de que possa surtir os seus jurídicos e legais efeitos.

Porto Real do Colégio/AL, ____ de _____ de 2026.

HIGOR JOSÉ SANTOS FREITAS
Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Educação
Contratante

(EMPRESA VENCEDORA)
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____ C.P.F. _____

2. _____ C.P.F. _____